



Índice

- 01** Pedágio Indígena, por Egon Heck
- 02** MA – Começa entrega de notificações para retirada de não índios da Terra Indígena Awá-Guajá
- 03** Bahia celebra tombamento do terreiro Oxumaré
- 04** MAB: Nota em apoio à luta dos povos indígenas do sul do Amazonas
- 05** Nota de Apoio do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas aos Povos Indígenas do Sul do Amazonas
- 06** Rio dos Macacos: MPF/BA recomenda à Marinha cumprimento de medidas que beneficiam quilombolas
- 07** Indígenas bloquearam estrada entre Paial e Chapecó
- 08** Incra não planejou reassentamento de pequenos agricultores do Maranhão que serão retirados da Terra Indígena Awá-Guajá
- 09** Ato Público Unificado: 14 anos do vazamento de óleo da Petrobras na baía de Guanabara. Amanhã, 17 de janeiro
- 10** Indígenas devem chamar a atenção do mundo: Eles vão vão desaparecer!
- 11** Índios decidem manter bloqueio da MA-280



- 12 Senado estuda criação de centros de integração para comunidades quilombolas
- 13 Comunidade quilombola do Vale do Guaporé comemora o crescimento do turismo
- 14 Casa de Oxumarê celebra tombamento pelo Iphan
- 15 Integrantes da Comunidade Quilombola Vó Ernestina são beneficiados com vagas para faculdade
- 16 TRE-RO mantém obrigatoriedade de quitação militar para alistamento eleitoral de indígena
- 17 Em 2008 já se sabia que as nações indígenas brasileiras queriam se declarar independentes
- 18 Índios Terena de MS são destaque em livro internacional sobre Educação em Ciências
- 19 CNA pede respeito à lei na desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá
- 20 Atleta indígena de Caarapó assina 1º contrato profissional com clube da Capital
- 21 Indígenas cobram definição das funções na saúde
- 22 Não se trata de guerra entre índios e fazendeiros, diz dirigente da Famato
- 23 12% do território de MT têm reserva indígena; população chega a 42 mil
- 24 AGU contesta procurador e diz que seção indígena será mantida
- 25 Governo faz general negociar com indígenas acusados até de sequestro
- 26 Índios interditam trânsito para impedir construção da rodovia SC-284, no Oeste
- 27 Índios Kaapor sofrem com ação de madeireiros



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

-
- 28** [IEB faz 15 anos com os pés fincados na Amazônia](#)
 - 29** [Aty Guasu de Crianças e Adolescentes Guarani Kaiowá](#)
 - 30** [Indígenas cobram definição das funções na saúde](#)
 - 31** [Ong ecoporé doa mudas para recuperação de áreas degradadas em terras indígenas](#)
 - 32** [Pedágio cobrado por índios em Humaitá não tem data para retornar](#)

Pedágio Indígena, por Egon Heck
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.01.2014



Por Egon Heck

Prontamente o cacique Aurelio Tenharim dá outra interpretação “a gente não fala de pedágio, fala de cobrança de compensação. Ela nunca vai pagar a dívida. Nós éramos 30 mil tenharins, hoje somos 800. Os jeahoy foram quase extintos. Claro que o povo tenharim tem deixado aberto para negociar com os governantes. Esperamos quatro anos para sentar na mesa de negociação, mas nenhum órgão se manifestou. Ninguém levou a sério essa cobrança de compensação da parte do governo”.

Continua o cacique Aurelio “a Transamazônica tem história de massacre, de estupro de nossas índias, escravos, violação de direitos. Quem vai pagar isso? Essa compensação não está só na fala, está no Ministério Público Federal que tem esse relatório detalhadamente. As autoridades aqui presentes precisam ver o relatório levantado por antropólogos e biólogos.” (Tribuna da Imprensa, 8/01/2014)

Neste início de ano a atenção continua voltada para a Amazônia. Quando se fazia crer que ali a questão indígena estava pacificada, com a demarcação da maior parte das terras, na anti sala surge o agito: não retiraram os invasores, não esclareceram e compensaram pelo extermínio de milhares de indígenas pelas estradas, hidrelétricas e outros grandes projetos, não garantiram projetos satisfatórios nas questões básicas de autonomia alimentar, escolas

CONT.



diferenciadas e de qualidade, atendimento à saúde, com respeito, eficiência e dignidade. Além disso, as mineradoras estão na fila de espera, forçando a porta, pois tem pressa para que possam começar o jogo nas terras indígenas, o ministro da AGU não revogou a portaria 303, e o governo se diz contra a PEC 2015, mas não mobilizou sua maioria para impedir a instalação da Comissão Especial desse projeto.

O cenário é, no mínimo preocupante. O Ministro Adams se projeta como o novo general Rangel Reis, ministro do Interior, na década de 70, cujo sonho era ver um Brasil sem índios. Para viabilizar seu projeto de país, arquitetou o maquiavélico projeto de emancipação dos índios, ou melhor dizendo, a extinção dos índios e a entrega das terras ao latifúndio. A portaria 303 que o ministro da AGU gestou, suspendeu mas teima em não extinguir, parece renovar a intenção de Rangel Reis. E se juntássemos umas dezenas de projetos de lei e de emenda da constituição estaria formada a frente de um Brasil sem índios.

Em recente entrevista o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro assim definiu a incapacidade da esquerda de entender a questão indígena "Foi preciso a esquerda, uma ex-guerrilheira, para realizar o projeto da direita. Na verdade, eles sempre quiseram a mesma coisa, que é mandar no povo. Direita e esquerda achavam que sabiam o que era melhor para o povo e, o que é pior, o que eles pensavam que fosse o melhor é muito parecido. ...O PT, a esquerda em geral, tem uma incapacidade congênita para pensar todo tipo de gente que não seja o bom operário que vai se transformar em consumidor. Uma incapacidade enorme para entender as populações que se recusaram a entrar no jogo do capitalismo. Quem não entrou no jogo – o índio, o seringueiro, o camponês, o quilombola –, gente que quer viver em paz, que quer ficar na dela, eles não entendem...(IHU, 9 de janeiro de 2014) Numa noite de outubro do ano passado, Viveiros de Castro criticava o avanço do governo de Dilma Rousseff sobre a Amazônia, seus projetos de estradas e usinas hidrelétricas, benefícios ao agronegócio – e descaso com os direitos dos povos indígenas. Sentado no sofá, o antropólogo comparou as ambições desenvolvimentistas da atual presidente à megalomania da ditadura, com seu ideário de "Brasil Grande".

Pierre Clastres, antropólogo que esteve um bom tempo com povos indígenas no Brasil, escreveu o célebre livro "Sociedades Contra o Estado", onde demonstra por que povos indígenas tomam a decisão coletiva de não ter Estado. Nele os chefes não mandam, não tem poder de coerção, deles é exigido uma maior generosidade, que o obriga a distribuir bens para o restante da sociedade.

Tenharim, Jiahui e Awá

Para entendermos um pouco dos acontecimentos nas terras desses povos em situação de isolamento, de pouco contato ou contato recente é preciso primeiro desconstruir em nós a mentalidade colonialista, preconceituosa e etnocêntrica, de superiores, bandeirantes do progresso, heróis civilizadores.

É também fundamental compreendermos a dimensão de terra como território, como um ser vivo, a mãe terra e com ela termos uma relação de respeito e não apenas de predadores ou produtores.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Precisamos dialogar sobre a situação plurinacional dos nossos países e a compreensão da autonomia e autodeterminação nas realidades de cada país e na legislação nacional e internacional.

É indispensável uma informação correta sobre os processos históricos dos contatos desses povos com o Estado e a sociedade nacional e as desastrosas consequências em termos de depopulação e sofrimento.

Neste início de ano estamos convidados a refletir sobre o nosso complexo país.



MA – Começa entrega de notificações para retirada de não índios da Terra Indígena Awá-Guajá

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 18.11.2013

Paulo Victor Chagas, Repórter da Agência Brasil



Brasília – Os oficiais da Justiça Federal no Maranhão iniciaram a entrega das notificações aos não índios que ocupam a Terra Indígena Awá-Guajá. No primeiro dia de trabalho, 45 famílias receberam o documento e têm 40 dias para desocupar a área de forma voluntária.

Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), o cumprimento da decisão do juiz José Carlos do Vale Madeira começou ontem (15), na parte sul da região, próximo ao município de São João do Caru. O território compreende ainda os municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello e Zé Doca.

A Justiça trabalha com a estimativa de que haja entre 300 e 500 ocupações e imóveis no território, que tem área total de 116 mil hectares. O número exato de famílias a serem notificadas, no entanto, só será conhecido após a entrega de todas as notificações.

A Funai informou que o prazo para o término do trabalho dos oficiais de Justiça varia de dez a 15 dias, mas pode aumentar caso as condições climáticas atrapalhem o sobrevoo da região. Além disso, uma equipe que percorria os povoados e áreas rurais encontrou uma ponte destruída por manifestantes, contrários à desintrusão, que tentaram impedir a entrada dos oficiais de Justiça.

Na decisão, o juiz Madeira determinou o apoio da União aos agricultores e pequenos criadores alvo da desintrusão. O governo deve se articular com as prefeituras dos municípios de destino dos lavradores para que eles forneçam produtos para a merenda de estudantes em escolas públicas.

Arnaldo Lacerda trabalha como lavrador em São João do Caru e discorda da maneira como o governo tem conduzido a questão, pois durante o prazo de 40 dias será difícil promover o reassentamento das famílias. "Devia ter sido levado em consideração que não tinha um plano pronto para retirar esse povo. Estamos aguardando a expulsão para ser jogados no meio da rua", disse na última sexta-feira (10). Segundo ele, como o processo de litígio da terra começou em 1992, as soluções para a realocação das famílias já deveriam ter sido aplicadas.

Na última sexta-feira, também foi criado um grupo de trabalho para acompanhar o assentamento das famílias notificadas. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

(Incra) trabalha na base de operações montada em São João do Caru para cadastrar as pessoas notificadas e selecionar as que atendam os critérios para serem reassentadas. Não podem ser beneficiários do programa agricultores e posseiros que têm renda de atividades não agrícola superior a três salários mínimos, além de proprietários de grandes áreas.

O juiz Madeira disse que está atento à questão. “Minha maior preocupação é que os lavradores, que preencham requisitos [para o cadastro], não sejam colocados às margens da BR [rodovia], não sejam marginalizados”, disse na semana passada.

Edição: Talita Cavalcante

Bahia celebra tombamento do terreiro Oxumaré
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.01.2014



Manu Dias (GOVBA)

FCP - A ministra da Cultura, Marta Suplicy, e a presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Jurema Machado, estiveram nesta quarta-feira (15) no terreiro Oxumaré (Salvador – BA), onde se celebrou a aprovação do tombamento da Casa em decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan.

O governador Jaques Wagner, a ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros, o prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto), o presidente da Fundação Cultural Palmares, Hilton Cobra, a senadora Lídice da Mata e as Ialorixás Stela de Oxóssi e Carmen de Oxalá prestigiaram o evento.

“Estivemos juntos, em Brasília, onde acompanhei a análise e votação sobre a relevância e símbolo do terreiro Oxumaré. E, portanto, é uma honra e um momento muito especial ser acolhida e hoje estar aqui neste terreiro iluminado e agora tombado”, disse a ministra.

Segundo Marta, ao aprovar o tombamento, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan reconheceu que, “junto das práticas religiosas, aqui se exerceu papel fundamental à luta e resistência do povo negro, bem como na disseminação da rica cultura africana no nosso país”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Oxumaré é orixá do movimento e dos ciclos vitais que geram as transformações. É símbolo da riqueza, da continuidade e da permanência. O babalorixá Pecê, representando a Casa, lembrou as origens do terreiro e seus fundamentos. Pediu proteção aos orixás e disse: "a conquista não é só do terreiro, mas do povo de santo da Bahia e do Brasil". "Precisamos ser respeitados dentro de um país que nosso povo construiu. Não só pela culinária, ou conhecimento de música, mas também pela força espiritual."

Alem deste terreiro, o Iphan reconheceu em tombamentos a Casa Branca, Ilê Axé Opô Afonjá, Gantois, Alaketu e Bate-folha, todas em Salvador (Bahia), e a Casa das Minas Jejê, em São Luís (MA).

A ministra Luiza Bairros comemorou a parceria com Iphan e Ministério da Cultura (MinC) junto ao Plano de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades de Matriz Africana, da sua Pasta. "O processo, na atual gestão, de Jurema Machado e da ministra Marta Suplicy, foi acelerado. Existe um lugar de dignidade e de liberdade para homens e mulheres negros no Brasil e estamos aqui ocupando este espaço", observou.

O governador Jaques Wagner destacou que "é uma honra participar de um momento em que se corrige séculos de injustiça, um momento especial de vitória".

MAB: Nota em apoio à luta dos povos indígenas do sul do Amazonas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.01.2014



Protesto durante encontro de lideranças do movimento indígena Morogita Kawahiva, em Humaitá

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é solidário com a luta dos povos indígenas e repudia as ações violentas e racistas ocorridas no sul do Amazonas, na região de Humaitá, Manicoré e Apuí, a partir do dia 25 de dezembro de 2013, assim como repudia os meios de comunicação que incitaram estes acontecimentos.

Os atos de perseguição, intimidação, depredação da estrutura pública de atendimento às comunidades indígenas Tenharim, Parintintin, Jiahui e Pirahã ocorreram de forma oportunista diante do sofrimento dos familiares dos desaparecidos e do cacique falecido, Ivan Tenharim, com os quais nos solidarizamos. Após a longa demora a reagir aos acontecimentos, o Governo Federal e a FUNAI em Brasília devem garantir rapidamente o direito de ir e vir dos indígenas e respostas ao caso dos desaparecidos.

Opomo-nos à violação não consentida dos territórios dos povos e comunidades tradicionais devido a empreendimentos ambiciosos de madeireiros, fazendeiros, mineradores ou obras de barragens, como o projeto da Usina Hidrelétrica de Tabajara no rio Machado que ameaça os Tenharim do rio Marmelo, entre outros indígenas na região. Estes projetos seguem uma lógica exógena à Amazônia e aos seus territórios, ao invés de proporcionarem desenvolvimento social e econômico têm gerado mais injustiça e concentração de riquezas, à custa da exaustão dos recursos naturais do povo brasileiro e do extermínio dos povos que sobrevivem na “floresta em pé” e a defendem.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Além da garantia dos direitos territoriais na Constituição Federal e em convenções internacionais ratificadas no Brasil como a OIT 169, respeitamos a soberania das Terras Indígenas pelas formas de vida dessas populações originárias, que propagam pela cultura tradicional relações harmônicas de uso e manejo dos recursos naturais, rios e florestas, sob formas não capitalistas de trabalho e convívio. Nestas há conhecimentos e sabedoria fundamentais para o viver em uma nova sociedade sem explorados e exploradores e ambientalmente equilibrada.

Também somos solidários às exigências de que sejam julgados pela Comissão Nacional da Verdade todos os crimes contra os povos Tenharim e Jiahui, vítimas de genocídio na construção da rodovia Transamazônica, durante o regime militar e que não sejam mais criminalizados, mas compensados pela dívida social histórica do Estado brasileiro com seu povo.

Viva a luta dos povos indígenas! Viva a luta dos povos da floresta na Amazônia!

Porto Velho, 16 de janeiro de 2014.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – Rondônia

Nota de Apoio do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas aos Povos Indígenas do Sul do Amazonas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.01.2014



Tenharim em frente à casa, destruída no dia 27 de dezembro. Foto : Gabriel Ivan (Ninja Humaitá)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFAM

Os povos indígenas da região do Rio Madeira trazem em suas trajetórias a marca da histórica perseguição desenfreada ao longo dos processos de ocupação da Amazônia. Trata-se de atos de genocídio que culminaram na perda de territórios e na dizimação de milhares de vidas.

Uma atualização deste processo – de investida contra os grupos indígenas da região do Rio Madeira – tem se mostrado a partir da emergência de manifestações violentas de desrespeito aos direitos indígenas e apontam para inúmeras tentativas em reverter direitos já estabelecidos na Constituição, como no “capítulo VIII, artigo 231, onde é conferida à União a responsabilidade de demarcar suas terras, garantir a sua proteção, bem como todos os seus bens e o que é previsto na Convenção nº 169 da OIT e no Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007”.

Tais manifestações estão sendo operadas de maneira extrema no Sul do Amazonas, justificadas a partir do suposto desaparecimento de três homens não-indígenas na Terra Indígena Tenharim do rio Marmelo. Desde então, os indígenas da região passaram a ser hostilizados e uma onda de violência e ataques ao patrimônio público revelou a discriminação e

CONT.



a intolerância que tomaram conta das ruas de Humaitá, Manicoré e Apuí.

Diante desses fatos, nós, alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, gostaríamos de expressar a nossa solidariedade ao Povo Indígena Tenharim, bem como às famílias dos desaparecidos, que estão preocupadas e merecem respostas a respeito do que de fato aconteceu. No entanto, precisamos deixar claro nosso total repúdio à forma como interesses econômicos e políticos estão sendo colocados em primeiro plano, a despeito da dor dessas famílias, da integridade física dos indígenas e dos moradores de Humaitá, bem como dos direitos constitucionais citados acima.

Os fatos que estão ocorrendo no município de Humaitá não são ações de solidariedade às famílias dos desaparecidos, muito menos de responsabilidade destas. Os verdadeiros promotores da destruição, da difusão de ideias racistas e das agressões, tem feito uso dos meios de comunicação para favorecer seus interesses. São eles: madeireiros, garimpeiros e políticos da região de Humaitá, Manicoré e Apuí.

Basta uma pesquisa simples para notar que essa região tem sido o principal alvo de disputas territoriais pelo agronegócio, marcada pela exploração de recursos naturais, pelo aumento notório do desmatamento e pela proliferação de garimpos ilegais no estado do Amazonas.

Os diferentes grupos empresariais que se estabeleceram na região, tem aproveitado o momento de comoção da população local e orientado todos a agir violentamente contra os indígenas, fazendo uso de um argumento pretensamente de justiça e humanitarismo.

Em absoluto não é disso que se trata. Isso fica claro quando foram promovidos os incêndios contra os veículos de atendimento e as sedes de assistência aos indígenas em Humaitá, também às aldeias Tenharim na T.I, que ocorreram no curso desses fatos. Um dos argumentos utilizados é o de que os indígenas cobram pedágio de forma irregular na BR 230 (Transamazônica). Para os indígenas essa é uma forma de compensação ambiental pelos danos causados pela abertura da rodovia. Fato que parece encontrar eco no MPF/AM que incluiu os Tenharim e os Jiahui no relatório da Comissão da Verdade, que busca reparar os crimes cometidos pela Ditadura Militar.

Não bastasse a violência concreta, física e material, as redes sociais e blogs foram, e estão sendo, inundadas por uma série de comentários preconceituosos, de apologias aos crimes de ódio e de ameaças de morte aos indígenas e a quem os apoia. Para nosso espanto, tais atitudes têm sido promovidas até mesmo por docentes desta Universidade Federal do Amazonas, lotados no Campus do Polo Vale do Rio Madeira, em Humaitá, o que esperamos seja objeto de atenção da Instituição, por meio de processo administrativo. Diante dos fatos expostos, esperamos que seja dada a devida atenção à situação extremamente tensa que está colocando em risco vidas humanas e que, em meio a tanto ódio e preconceito, prevaleça o bom senso e que os direitos civis e individuais, de indígenas e não indígenas, sejam respeitados.

Manaus, 14 de Janeiro de 2014.

-

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Assinam esta nota:

Nº Discentes PPGAS/UFAM

- 01 Daniel Tavares dos Santos
- 02 Genoveva Santos Amorim
- 03 Miguel Aparicio Suárez
- 04 Andres Garcia Sanchez
- 05 Ana Luiza M. Soares
- 06 Nilza Silvana Teixeira
- 07 Juliana de Almeida
- 08 Marcos Flávio Portela Veras
- 09 Nicolas Alberto Victorino Ramirez
- 10 Raimunda Conceição Sodré
- 11 Josias de Souza Sales
- 12 Inara do Nascimento Tavares
- 13 Eliaquim Timóteo da Cunha
- 14 Emmanuel de Almeida Farias Junior
- 15 Elieyd Sousa de Menezes
- 16 Valéria Moreira Coelho de Melo
- 19 Mario Rique Fernandes
- 20 Socorro de Souza Batalha
- 21 Claudina Azevedo Maximiano
- 22 Rosseline da Silva Tavares
- 23 Cloves Farias Pereira
- 24 Dimas Fonseca Pereira
- 25 João Jackson Bezerra Vianna
- 26 Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro
- 27 Andrezinho Fernandes Cruz
- 28 Rodrigo Fadul Andrade
- 29 Maglucia Izabel de Assis Oneti
- 30 Rancejanio Silva Guimarães
- 31 Angélica Maia Vieira
- 32 Willas Dias da Costa
- 33 Iranilde Barbosa dos Santos
- 34 Marcos de Miranda Ramires
- 35 Mislene Metchacuna Martins Mendes
- 36 Lilian Débora Furtado Lima
- 37 Fernando Penna Sebastião
- 38 Gláucia Maria Quintino Baraúna
- 39 Raiana Mendes Ferrugem
- 40 Deyse Silva Rubim
- 41 Denis da Silva Pereira
- 42 Marília de Jesus da Silva e Sousa
- 43 Izabele Brambilla Honorato
- 44 Juliana Sarmento
- 45 Rosana Carvalho Paiva



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

46 Dassuem Reis Nogueira
47 João Rivelino Rezende Barreto
48 José Rondinelle Lima Coelho
49 Luana Mesquita Rodrigues
50 Samya Fraxe Neves
51 Camila Iribarrem
52 May Anielly Moura da Costa
53 Maria Audirene de Souza Cordeiro
54 Ingrid Daiane Pedrosa de Souza
55 Adailton Silva

Docentes PPGAS/UFAM
56 Deise Lucy Montardo
57 Thereza Cristina Cardoso Menezes
58 Myrtle Shock
59 Sidney Antonio da Silva
60 Frantomé Pacheco
61 Ana Carla Bruno
62 José Exequiel Basini Rodrigues

Rio dos Macacos: MPF/BA recomenda à Marinha cumprimento de medidas que beneficiam quilombolas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.01.2014



Medidas foram acordadas em reuniões ocorridas nos dias 8 e 9 de janeiro e incluem pessoa civil na guarita, agricultura de subsistência, estudos sobre água encanada e reforma de casas com risco de desabamento.

MPF/BA

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) do Ministério Público Federal na Bahia (MPF/BA) recomendou, na última terça-feira, 14 de janeiro, que o Comando do 2º Distrito Naval cumpra de imediato o que foi acordado sobre a comunidade quilombola de Rio dos Macacos, localizada na Vila Naval da Barragem, em Simões Filho/BA, nas reuniões, ocorridas nos últimos dias 8 e 9 de janeiro. As medidas foram: a não oposição do 2º Distrito ao plantio de subsistência, à construção de um centro comunitário na comunidade ou à reforma das casas com risco de desabamento; a inclusão de estudos para o fornecimento de água encanada às casas que ainda não dispõem do recurso; e a colocação de pessoa civil na guarita de entrada ao acesso principal da Vila Naval.

Participaram das reuniões o comandante do 2º Distrito Naval, o secretário de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado, a representante da Fundação Cultural Palmares, o assessor especial da Secretaria-Geral da presidência da República, além de representantes da Advocacia Geral da União e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

CONT.



Segundo a recomendação, expedida pelo procurador Regional dos Direitos do Cidadão substituto, Edson Abdon, que compareceu na Comunidade na última segunda-feira, 13 de janeiro, várias famílias com crianças vivem na comunidade em edificações precárias, com vigas de madeira apodrecidas e rachaduras, e podem ser vítimas de acidentes graves e até morte a qualquer momento. A reforma das casas seguirá planejamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia e já conta com verba de R\$500 mil reais para execução das obras.

O Ministério Público ainda recomenda que sejam cumpridas as decisões judiciais que constam nas Ações Reivindicatórias de nº 2009.33.00.016792-4 e de n.º 0022425-98.2010.4.01.3300 que possibilitou aos quilombolas fazerem os reparos nos imóveis que se encontram com risco de desabamento.

Em audiência ocorrida hoje na sede do Ministério Público Federal, o Comandante do 2.º Distrito Naval liberou a entrada de três caminhões com tijolos para a reforma das habitações e solicitou ao Procurador da República Edson Abdon que intervenha junto aos órgãos competentes para agilizar o cumprimento dos acordos firmados nas reuniões dos dias 08 e 09 de janeiro, notadamente as reformas das casas ameaçadas de ruína. O Procurador se comprometeu a acionar a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, para que execute planejamento das reformas das casas o mais breve possível, tendo em vista que o dinheiro já fora disponibilizado para essa finalidade.

A inclusão de uma pessoa civil na guarita de acesso à Base Naval permitirá que a identificação dos habitantes do quilombo não seja mais feita pelos militares. Como a única via de acesso à comunidade é através da portaria militar, os moradores alegam estarem à mercê da boa vontade do Comando.

O documento diz ainda que, conforme o art. 215 da Constituição Federal, o Estado deve proteger e fomentar as formas de vida das comunidades remanescentes de quilombolas, impedindo que estas percam a sua caracterização social e cultural.

A recomendação prevê o prazo de dois dias, contados a partir do recebimento, para que o Comando se manifeste acerca do acatamento ou não da mesma.

Recomendação – as recomendações são orientações formais enviados pelo MPF para que instituições ou seus responsáveis cumpram determinados dispositivos constitucionais ou legais, buscando evitar um processo judicial para tanto. Caso os dispositivos não sejam cumpridos, o MPF pode adotar as medidas judiciais cabíveis.

Confira íntegra da recomendação nº 03/2014.

Indígenas bloquearam estrada entre Paial e Chapecó

SÍTIO RÁDIO BELOS MONTES, 16.01.2014

Eles reivindicavam por melhores condições de saúde e educação



Índios protestaram durante o dia de ontem na estrada que de acesso a Paial-SC na região da Antiga Comunidade de Sede Trentin, local onde está situada a Aldeia Toldo Chimbague. Segundo informações a estrada foi bloqueada, sendo que eram liberados somente, veículos das Secretaria de Saúde, ou cargas perecíveis.

O principal objetivo, é chamar atenção das autoridades, sobre as indenizações que ainda não foram feitas em favor da comunidade

indígena, além disso o cacique, Idalino Fernandes cobrava melhores condições de saúde, educação e infra estrutura.

O prefeito de Paial Aldair Rigo esteve no local na tarde de ontem buscando junto a funai uma solução. De acordo com ele, uma reunião foi marcada para o final de janeiro para que o governo ouça as reivindicações dos índios.

A estrada foi liberada no final da tarde de ontem.

Incra não planejou reassentamento de pequenos agricultores do Maranhão que serão retirados da Terra Indígena Awá-Guajá
SÍTIO PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 16.01.2014

CNA e Faema cobram providências para evitar violação de direitos



O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não tem um plano de reassentamento para atender às mais de mil famílias de pequenos agricultores que serão retiradas da área demarcada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como Terra Indígena Awá-Guajá. Os agricultores que estão começando a receber ordem judicial de desocupação da área ainda não têm para onde ir.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão (Faema) conseguiram se reunir na tarde desta quarta-

feira com o superintendente do Incra no Estado, José Inácio Rodrigues para cobrar os detalhes do planejamento para reassentar as famílias. O Incra informou apenas que ainda busca identificar lotes vagos em assentamentos já existentes. Nenhum plano foi apresentado ao presidente da Faema, José Hilton Coelho de Souza, e ao coordenador técnico do Instituto CNA, Arno Jerke Júnior.

“Mais uma tragédia humanitária pode acontecer no Maranhão, a exemplo das violações de direitos ocorridas no Mato Grosso há um ano, na operação de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé”, adverte Arno Júnior. Também no Mato Grosso, o Incra permitiu que milhares de pequenos agricultores fossem retirados das terras que cultivavam e tivessem suas casas destruídas, sem nenhum planejamento para reassentá-los. Muitos deles ainda hoje vivem em barracos de lona, sem condições de manter seus familiares.

“Não podemos permitir que isso aconteça”, protesta o presidente da Faema, preocupado com o destino dos pequenos agricultores que, mais uma vez, podem acabar jogados ao relento com suas famílias. “Sempre desconfiamos que isto poderia se repetir. Por isto, vínhamos alertando o governo e cobrando uma ação planejada, em uma série ofícios aos ministros da Justiça e da Secretaria-Geral da Presidência da República”, lembrou José Hilton.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

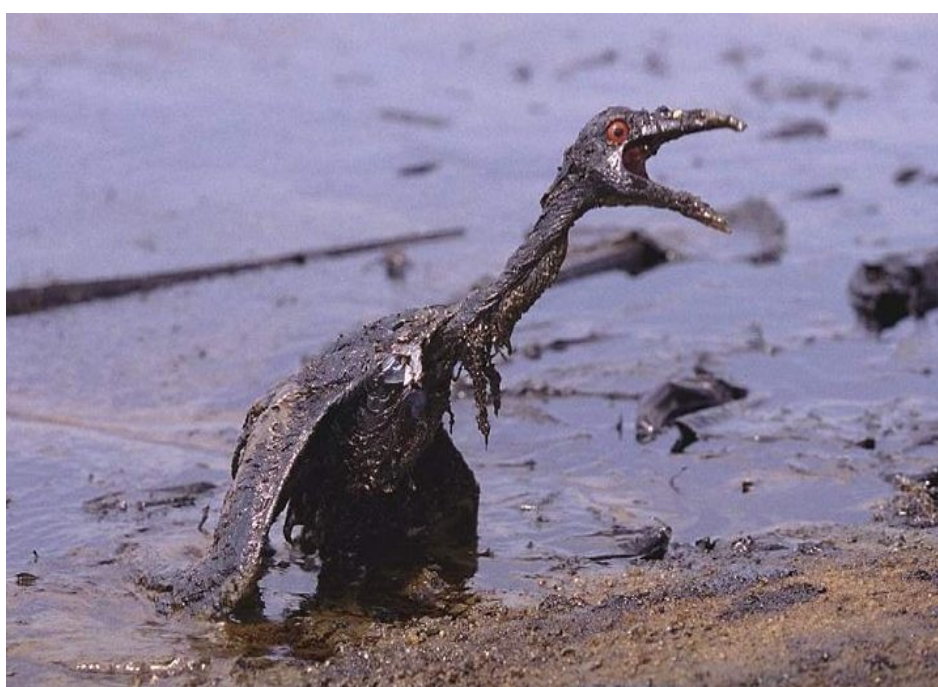
Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Mesmo depois de ser questionado sobre o plano de reassentamento, que não foi apresentado, o superintendente local do Incra informou que, além de procurar lotes vagos em assentamentos próximos, o Instituto está tentando comprar terras por meio de um edital já aberto.

Indagado sobre a expectativa de implantação da infraestrutura mínima necessária para a criação dos assentamentos (casas, energia elétrica, construção de poços, estradas), José Inácio Rodrigues informou que essa obrigação não é do Incra, mas de outros órgãos do governo.

O drama dos agricultores é que as alternativas oferecidas pelo Incra são de longo prazo, diante da emergência que enfrentam hoje.

Ato Público Unificado: 14 anos do vazamento de óleo da Petrobras na baía de Guanabara. Amanhã, 17 de janeiro
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.01.2014



Por Sérgio Ricardo

O Fórum dos Pescadores e Amigos do Mar, formado por pescadores artesanais, ecologistas, sindicalistas e movimentos sociais, realiza o Ato Público "14 anos do vazamento da Petrobras na baía de Guanabara, sem pagamento da indenização financeira a milhares de pescadores artesanais impactados" amanhã, 17 de janeiro, às 10 horas, para rememorar os fortes impactos ambientais ao ecossistema da Baía de Guanabara e os prejuízos econômicos sofridos pelas comunidades pesqueiras impactadas pelo maior acidente ecológico do país, ocorrido no dia 18 de janeiro de 2000 em duto da PETROBRAS que despejou 1,8 milhões de litros de óleo nas águas da Baía.

Este ato estaremos levando para a porta da empresa redes de pesca sujas de óleo, cartazes e faixas e serão distribuídas à população pizzas de sardinha como símbolo do descaso, da omissão e da falta de sensibilidade social da corporação com os pescadores que, desde o vazamento, perderam renda e trabalho e vivem com baixa qualidade de vida. Muitas mulheres viúvas de pescadores vivem em situação de extrema pobreza e com a incerteza se serão um dia indenizadas ou não!

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Passado 14 anos do vazamento, até hoje a PETROBRAS não pagou a indenização financeira, estimada em mais de R\$ 1 bilhão, que deve a milhares de pescadores da Baía de Guanabara cujo valor foi determinado pela Justiça em ação que condenou a empresa pelo vazamento de 2000 provocado por problema operacional no oleoduto que liga a REDUC (refinaria Duque de Caxias) ao terminal da Ilha d'Água, na Ilha do Governador, e que na época sequer tinha licença ambiental para operar!

Este acidente ecológico, considerado o maior do país, reduziu em 90% a produção pesqueira na baía e provocou o empobrecimento e maior exclusão social destas comunidades tradicionais que, desde então, encontram-se sem condições dignas de trabalho e de Vida.

DIA: 17 de janeiro de 2014, sexta-feira, às 10 horas

LOCAL: sede da PETROBRAS – Av. Chile, s/n – Centro – Rio de Janeiro



Indígenas devem chamar a atenção do mundo: Eles vão vão desaparecer!

SÍTIO PORTAL I9, 16.01.2014

Os estrangeiros terão a oportunidade de conhecer a realidade dos primeiros habitantes do Brasil, párias da sociedade

Alexandre Zorzetti

Os anos de 2014 e 2016 são estrategicamente vitais para a causa indígena brasileira. Todos os países estarão com redações estacionadas em diversas cidades importantes do país, e poderão fazer uma leitura detalhada de nossos problemas, mais graves que a tão noticiada violência tupiniquim nos meios de comunicações mundiais.

Além da latente miséria estampada na sociedade, com os próprios olhos verão a situação de párias da sociedade dos autóctones do Brasil. Caso os indígenas não usem essas datas para comunicarem o abandono das comunidades e assassinato em massa contínuo, a situação se perpetuará até que o último pele vermelha caia morto.

Os comunicadores do Brasil alertam a população quanto aos conflitos entre índios e 'brancos' apenas quando acontecem as 'manchetes'. O dia-a-dia pouco é documentado. Salvo reportagens que mostram o meio de vida de tribos isoladas, que nada sofrem nas mãos do capitalismo, ainda. Uma criança pele vermelha precisa morrer de inanição para que a questão seja levada ao público comum. Com algumas promessas de políticos, que sentem vergonha desses seres-humanos, tudo é esquecido. Porém, o problema retorna com mais força, como uma doença mal curada. Assim os conflitos entre indígenas e 'brancos' são tratados, com paliativos.

O primeiro mundo (definição dos países mais ricos do mundo que está em desuso), costuma olhar com 'carinho' para os índios locais. As vezes se noticia intenções desses países numa futura e hipotética rebelião separatista por parte dos índios. No entanto, parece que não tomamos a devida atenção. Diversas regiões independentistas procuram formar novas nações por conta do descaso das autoridades, seja na atenção para os problemas básicos de uma população, seja para o ódio racial e religioso. Todos esses quesitos temos dentro do conflito entre 'brancos' e autóctones.

Principalmente as reservas localizadas ao norte, são ricas nos mais variados minerais de importância nacional. Numa invasão estrangeira ou mesmo uma rebelião separatista, perderíamos facilmente esses territórios aos inimigos. Como dito por um general, mas poderíamos resistir pela falta de balas. A resistência se faria de paus e pedras.

Será que os indígenas com um auto-governo viveriam em melhores condições de vida? Provavelmente sim. O pensamento de um tribo se resume à toda a comunidade. Seria uma

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

monarquia socialista, sem classes sociais com infindáveis pobres e uns poucos ricos, com o cacique no comando da nação. Eles vivem assim desde o início dos tempos, difícil imaginar um Pajé com templos e contas nos paraísos fiscais do Caribe.

Os indígenas do Brasil devem aproveitar nesse momento a oportunidade de levar a causa ao mundo. Mostrar que são desrespeitados, expulsos de casa por fazendeiros, tratados como crianças pela Funai, numa situação semelhante aos haitianos ou refugiados de guerras pelo continente africano. A civilização os esqueceu, mas eles precisam se fazer ouvidos. Assim o mundo poderia pressionar o Governo Federal, para que tomasse providências cabíveis para resolver de vez esse conflito covarde que realiza campanha sistemática de ocupação de terras e posterior limpeza étnica. Sem donos, sem reclamações.

Passado 2016, a única alternativa viável para os autóctones tupiniquins será buscar o separatismo, pois assim já o vivem desde Cabral, e continuam diariamente com a pilhagem dos recursos dos povos indígenas. Eles têm o direito a auto-determinação e seguir o próprio caminho sem nossa supervisão-mor. Continuamos com a missão incumbida por Deus para 'civilizar' esses povos ignorantes?



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Índios decidem manter bloqueio da MA-280

SÍTIO TRIBUNA DO TOCANTINS, 16.01.2014

Eles reivindicam ao Governo do Maranhão melhorias para as aldeias

Montes Altos – Os líderes indígenas decidiram durante reunião realizada na manhã dessa quinta-feira (16) pela interdição da MA-280, entre os municípios de Montes Altos e Sítio Novo do Maranhão.

A interdição, que se arrasta por 12 dias, prejudica centenas de caminhoneiros e os moradores da região central do Maranhão. Quem deseja chegar a Imperatriz terá que utilizar a BR-226, indo até a cidade de Porto Franco, e pegar a BR-010, aumentando em percurso em mais de 150 km.

A previsão para liberação da rodovia é na próxima terça-feira (21) quando será firmada uma parceria com o Governo do Estado, caso contrário os índios manterão por tempo indeterminado a interdição da pista.



Senado estuda criação de centros de integração para comunidades quilombolas
SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 16.01.2014

O Senado pode autorizar o Poder Executivo a criar Centros de Integração Federal em todas as comunidades quilombolas do país. Projeto com esse objetivo está pronto para ser examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo texto do PLS 113/2008, os Centros de Integração Federal Quilombola terão como objetivo oferecer educação básica e profissional, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de serviços de saúde e inclusão digital aos moradores das comunidades remanescentes de quilombos.

O "Quilombo do Amanhã", nome dado pelo autor da proposta, senador Paulo Paim (PT-RS), visa garantir o desenvolvimento da capacidade de estruturação dessas comunidades.

"Com este projeto tenho como objetivo fornecer melhores condições de vida às comunidades remanescentes quilombolas, demonstrando a preocupação em instituir não apenas uma política de governo efêmera, mas de estado, sustentável, disciplinada por lei", justifica Paim.

Ainda conforme o projeto, o patrimônio desses centros será constituído pelos bens e direitos que lhes venham a ser doados pela União, estados, municípios e por outras entidades públicas e particulares; além de outros que venham a adquirir. A implantação dos espaços ficará sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei 9.962/2000, que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Dívida histórica

O conceito de quilombo, explica Paulo Paim, abrange os territórios onde se organizavam negros africanos que, trazidos na colonização portuguesa, insurgiam-se contra a situação de escravidão. Hoje são territórios de resistência cultural e deles são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se identificam.

Em parecer favorável à aprovação do projeto e pela constitucionalidade da matéria, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) observa que a Constituição determina que o Poder Público garanta especial atenção aos quilombos.

"A oferta de oportunidades de educação e de serviços de saúde, esporte e lazer no interior das comunidades quilombolas constitui medida de ação afirmativa indispensável para compensar a enorme dívida do Brasil para com os povos afrodescendentes, vítimas, por muitos anos, da exploração escravagista e, ainda hoje, do racismo", diz Flexa.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Após análise da CCJ, a proposta, já aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), será apreciada em caráter terminativo pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Rodrigo Baptista

Comunidade quilombola do Vale do Guaporé comemora o crescimento do turismo
SÍTIO GIRO CENTRAL, 16.01.2014



O turismo de uma das comunidades quilombolas mais tradicionais de Rondônia tem crescido nos últimos anos, segundo a direção da associação de moradores. Localizada às margens do Rio Guaporé, município de São Francisco do Guaporé (RO), um dos grandes atrativos de Pedras Negras, de acordo com Rozaldo Godói, presidente da associação, é devido as grandes pedras, praias, pesca e sítios arqueológicos existentes no local.

"No período em que o rio está baixo, os turistas podem apreciar as belas paisagens do local", relata. Godói, hoje com 49 anos, é um dos moradores mais antigos do local. Nascido e criado em Pedras Negras, ele conta que atualmente a comunidade quilombola possui duas pousadas, sempre com reservas marcadas. "Para chegar até aqui, as opções são o barco e o avião de pequeno porte, pois temos uma pista de pouso", afirma.

Segundo a associação de moradores, agências de viagens do Vale do Guaporé e do Cone Sul do estado são as que mais enviam turistas para o local. A igreja católica, construída há mais de 100 anos, também é um dos símbolos de Pedras Negras. Com uma torre que pode ser vista há quilômetros de distância, anualmente a comunidade participa da tradicional Festa do Divino do Espírito Santo.

Maria de Fátima Ferreira é moradora da comunidade desde 1978. Com 49 anos de idade, a igreja é um dos seus locais preferidos para passar o tempo. "Venho sempre aqui fazer minhas orações, arrumar as flores, varrer e arrumar o local. O que gosto daqui é que toda a comunidade é católica e veem semanalmente aos cultos", conta.

CONT.

Os apaixonados por história ficam encantados quando encontrar as urnas funerárias enterradas no quilombo de Pedras Negras. Segundo os moradores, frequentemente são encontrados painéis de barro onde foram sepultados corpos de índios.



Olaida Faustino, 59 anos, também é moradora nativa do quilombo. Para a dona de casa, o local é mais do que paradisíaco. "Aqui é tudo de bom. Tem escola, quadra de esporte e energia", afirma. De acordo com a moradora, o aumento do turismo foi benéfico para a comunidade. Em quase seis décadas de vida, Olaida afirma ter visto centenas de animais andando próximo das casas. "Já vi sucuri com mais de cinco metros de tamanho, além de jacarés", relata.

O número de famílias em Pedras Negras também aumentou em três anos. "Em 2011 tínhamos 17 famílias aqui na comunidade. Hoje somos em 58", revela. Outro crescimento com rendimento de produção positiva foi a pecuária. De acordo com o presidente da associação, desde 2008 alguns produtores começaram a criar gado, possibilitando assim que os moradores locais pudessem se alimentar de derivados do leite.

A maior parte da renda da comunidade é oriunda da colheita da castanha, que deve se iniciar nas próximas semanas. Por ser área de reserva, o desmatamento é proibido, sendo assim os colhedores precisam se embrenhar na mata em busca das bolas de Castanha do Brasil. Toda produção é levada e vendida em Costa Marques (RO).

CONT.





Casa de Oxumarê celebra tombamento pelo Iphan

SÍTIO SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 17.01.2014

Ato contou com a presença das ministras Luiza Bairros e Marta Suplicy, além do governador Jaques Wagner, filhos e amigos do Terreiro de Candomblé

Oxumarê é o orixá do movimento e dos ciclos que geram as transformações. É também o pai do Ilê Òsùmàrè Aràká Àse Ògòdó, Casa de Oxumarê, o sétimo terreiro tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O título, concedido por decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, foi comemorado ontem (15) em um ato que teve a participação das ministras Luiza Bairros (Igualdade Racial) e Marta Suplicy (Cultura).

A celebração no Oxumarê - um dos mais antigos e tradicionais terreiros de candomblé da Bahia - contou ainda com a participação da presidenta do Iphan, Jurema Machado, do governador do estado, Jaques Wagner, do prefeito de Salvador, Antonio Carlos Magalhães Neto, e das yalorixás mãe Stella de Oxossi (do Ilê Axé Opô Afonjá), e de mãe Carmen de Oxalá, do Gantois.

A Casa de Oxumarê é o sétimo terreiro reconhecido em tombamentos pelo Iphan. Além deste, a Casa Branca, Ilê Axé Opô Afonjá, Gantois, Alaketu e Bate-folha, todos em Salvador (Bahia), e a Casa das Minas Jejê, em São Luís (MA).

"O tombamento do Oxumarê reafirma que existe um lugar de dignidade e de liberdade para homens e mulheres negros no Brasil e por isso estamos aqui ocupando este espaço", afirmou a ministra Luiza Bairros. Ela destacou as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, que tratam da proteção aos terreiros e orientam a parceria da Seppir e do Ministério da Cultura (Minc) na condução desses processos.

"Junto das práticas religiosas, aqui se exerceu papel fundamental na luta e resistência do povo negro, bem como na disseminação da rica cultura africana no nosso país", afirmou a ministra da Cultura, Marta Suplicy. A liderança máxima da Casa, babalorixá Pecê, agradeceu o empenho das autoridades para viabilizar o reconhecimento, cujo projeto foi elaborado por um grupo de filhos do Oxumarê coordenados pelo professor da UFBA, o antropólogo Ordep Serra.

Bonfim

O tombamento do Oxumarê foi muito bem recebido pelos baianos, que comemoraram o reconhecimento, também pelo Iphan, da Festa do Bonfim como Patrimônio Imaterial Nacional. Marta Suplicy entregou o título às autoridades locais pela manhã, durante cerimônia na Basílica de Nosso Senhor do Bonfim, após a missa de ação de graças. A primeira edição da Festa como Patrimônio ontem (16/01), teve a participação das ministras e de outras autoridades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Registro

O registro da Festa de Nosso Senhor do Bonfim como Patrimônio Cultural Brasileiro foi aprovado em 05 de junho de 2013, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Realizada sem interrupção desde o ano de 1745, a festa, que atrai para a capital baiana o maior número de participantes, depois do carnaval, articula duas matrizes religiosas distintas – a católica e a afro-brasileira – assim como envolve diversas expressões da cultura e da vida social soteropolitana. Mais que uma grande manifestação religiosa da Bahia, a celebração é uma referência cultural importante na afirmação da cultura baiana, além de representar um momento significativo de visibilidade para os diversos grupos sociais.

Coordenação de Comunicação SEPPIR



Integrantes da Comunidade Quilombola Vó Ernestina são beneficiados com vagas para faculdade

SÍTIO JORNAL TRADIÇÃO, 17.01.2014

Integrantes da Comunidade Quilombola Vó Ernestina, de Morro Redondo, foram beneficiados com dez vagas para cursarem a universidade. A notícia foi mais uma conquista da diretoria da entidade, que durante todo o ano passado esteve pleiteando junto a UFPel a oportunidade para os membros da comunidade. Diante da negativa momentânea da instituição de ensino pelotense, o presidente Silvio Barbosa contatou outras universidades da região e, na última semana, recebeu da Furg, campi Rio Grande e São Lourenço, a informação de que seria disponibilizado dez vagas para a entidade.

Barbosa destaca que os interessados deverão enviar a documentação necessária até o final desta semana e desta forma participarem do processo seletivo que ocorre entre os próprios membros no dia 19 de fevereiro. Serão oferecidas vagas em diferentes especialidades: bacharelado em agroecologia; direito; licenciatura em educação física, história e pedagogia; enfermagem, engenharia de alimentos; medicina; psicologia e tecnologia em gestão ambiental. Serão contemplados os alunos que obtiverem as melhores notas.

O presidente esclarece que os alunos deverão ter o histórico escolar de conclusão do ensino médio e receberão um auxílio mensal de R\$ 500, além de hospedagem e alimentação. Silvio informou ainda que os recursos estão sendo disponibilizados através de auxílio do governo federal, que repassará estes subsídios para alunos participantes de comunidades quilombolas de todo o país.

Redator: Tradição Regional (Permitimos a reprodução total ou parcial da matéria desde que citada fonte)



TRE-RO mantém obrigatoriedade de quitação militar para alistamento eleitoral de indígena

SÍTIO JARU 190, 17.01.2014

Durante a primeira sessão do ano, os juízes membros do TRE-RO analisaram consulta sobre a exigência ou não de quitação com o serviço militar para os indígenas do sexo masculino, para fins de alistamento eleitoral.

As perguntas elencadas na consulta eram as seguintes:

- a) No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, existe algum ato específico por meio do qual explicita condições e exigências destinadas ao alistamento eleitoral de indígenas do sexo masculino?
- b) Caso a resposta à indagação antecedente seja afirmativa, consta do referido ato dispositivo destinado a exigir de indígenas do sexo masculino a comprovação de estar quite com o serviço militar como condição para alistamento eleitoral?
- c) Caso a resposta à antecedente seja afirmativa, quais os fundamentos legais e constitucionais utilizados para motivar a edição do referida exigência?

O relator do caso, juiz Juacy dos Santos Loura Júnior, respondeu afirmativamente as três perguntas formuladas, apontando o item 24.29 do Provimento n. 02/2007 da Corregedoria Eleitoral, como norma reguladora da matéria objeto da consulta. No entanto, Juacy fundamentou seu voto no sentido de propor alteração a regulamentação atual, liberando os indígenas da obrigatoriedade de cumprimento do serviço militar obrigatório para fins de alistamento eleitoral. O entendimento do relator foi acompanhado integralmente pelo juiz substituto do TRE-RO, Guilherme Ribeiro Baldan.

Os juízes Adolfo Theodoro Naujorks Neto e Dimis da Costa Braga, bem como o desembargador Roosevelt Queiroz Costa (corregedor) divergiram do relator Juacy no tocante à propositura de alteração na norma vigente.

De acordo com a divergência, inaugurada por Adolfo Naujorks, a obrigatoriedade de prestação ao serviço militar obrigatório, ou cumprimento de prestação alternativa, deve ser mantida, sob pena de criarem-se privilégios a uma categoria, em detrimento aos demais.

Ao fim do julgado, por três votos a dois, o TRE-RO manteve a obrigatoriedade de quitação militar para alistamento eleitoral do indígena integrado.

Fonte: RONDONIAGORA



Em 2008 já se sabia que as nações indígenas brasileiras queriam se declarar independentes

SÍTIO TRIBUNA DA IMPRENSA, 17.01.2014

O sempre presente comentarista José Guilherme Schossland garimpou na internet um excelente artigo publicado em 2008, demonstrando que há vários anos as lideranças indígenas, apoiadas pelas ONGs internacionais e por entidades como o Conselho Missionário Indigenista (CIMI) vem usando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho visando a dar independência às nações indígenas brasileiras.

Esta iniciativa não passou assim tão despercebidamente na época. Houve até um editorial do Estadão condenando o gravíssimo erro diplomático do Itamaraty (governo Lula, com Celso Amorim de chanceler). Mas a grande imprensa continua totalmente omissa em relação a esse movimento para fracionar o território nacional, especialmente a Amazônia.

http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2_semestre_2004/Outubro/un1028_002.htm

Adendos em: <http://www.brasilacimadetudo.com/2008/11/balcanizacao-indigenista-avanca-mais-um-passo-no-brasil/>

###

"BALCANIZAÇÃO" INDIGENISTA AVANÇA MAIS UM PASSO NO BRASIL

Nilder Costa

O editorial da dia 14 do jornal O Estado de São Paulo, intitulado "Atentado à unidade nacional", analisa com certa perplexidade a exigência do aparato indigenista internacional, feita em seminário realizado Brasília, de lei que regulamente a plena implementação política e judicial da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

Para quem não se recorda, a Convenção 169 da OIT é um dos principais mecanismos jurídicos engendrados pela 'internacional indigenista' para transformar povos indígenas e tribais em Estados independentes. No Brasil, a Convenção foi aprovada em 1999 pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado, e pela Câmara de Deputados em 2003.

Seus defensores dizem tratar-se de uma simples revisão da convenção anterior da OIT, a de número 107, ratificada pelo Brasil em 1966, o que é falso. Na 169, o espírito "integracionista" original foi substituído pelo "autonomista", como pretendido pelo indigenismo internacional, estabelecendo as condições para dar existência às autonomias e autodeterminação das comunidades indígenas, primeiro passo para o surgimento de "nações" indígenas e posterior introdução do espúrio artigo de "plurinacionalidade", amplamente rejeitado na Constituinte de 1987.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

O seminário, realizado nos últimos dias 10 e 11 em Brasília sob o título "Oportunidades e desafios para a implementação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais em países independentes", foi organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e pela Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), dois expoentes da 'antropologia da ação' no Brasil, e abertamente patrocinado pela União Européia, Oxfam (Oxford Committee for Famine Relief), RFN (RainForest Foundation da Noruega) e outras entidades quase-governamentais do exterior.

Ressalte-se que tanto a CPI-SP quanto o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), antecessor do ISA, foram entidades seminais para a inclusão, na Constituição de 1988, do conceito de 'autonomia' para os povos indígenas em lugar do conceito de 'integração' que norteava todas as Constituições brasileiras anteriores.

Oportunisticamente, a senadora e ex-ministra Marina Silva, recentemente galhardoada com medalha do WWF pelo príncipe Phillip, já se candidatou a ser a autora do projeto de lei destinado a regulamentar a Convenção 169."

Índios Terena de MS são destaque em livro internacional sobre Educação em Ciências
SÍTIO MIDIAMAX, 17.01.2014



Capítulo de livro da professora doutora Christiane Gioppo sobre trabalho desenvolvido com professores da etnia Terena em aldeias indígenas do Mato Grosso do Sul foi publicado no livro *Science Education: A Global Perspective*, do ICASE (Conselho Internacional de Associações de Educação em Ciências), entidade que reúne associações voltadas à Educação em Ciências do mundo inteiro e que tem sede em Londres.

Publicado na Nigéria, o livro é uma coletânea de artigos de pesquisadores de vários países, entre eles Nova Zelândia, Portugal e Inglaterra. O capítulo sobre os indígenas da etnia Terena é o único trabalho da América Latina divulgado na obra.

No artigo, Christiane, em parceria com Michelle Bocchi Gonçalves, mestre em Educação que fez parte do programa de educação ambiental aplicado junto aos

Terena como voluntária, explica o modelo de formação de professores usado pelo ITTI junto as aldeias indígenas da região do município de Aquidauana.

Sob coordenação da professora da UFPR/ITTI, um grupo de professores indígenas estão elaborando um livro na língua mãe dos Terena. A produção da obra faz parte do Programa de Educação Ambiental (PEA) do projeto "BR-262 - Faço parte desse caminho" que é desenvolvido pelo Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura (ITTI) da UFPR.

O livro "Lições Ambientais dos Terenas" ensinará as crianças indígenas por meio de poemas, trava-línguas, lendas, mitos e histórias reais. "O material reúne textos produzidos pelos próprios professores das aldeias. É o educador indígena que fala, explica e desenvolve atividades sobre sua própria cultura e não uma pessoa de fora. Ele está produzindo próprio material didático para trabalhar na sua escola", explica Christiane.

O objetivo é contribuir com a disseminação da língua mãe entre aproximadamente 2 mil crianças Terena matriculadas nas séries iniciais de 15 aldeias dos municípios de Anastácio, Miranda e Aquidauana.

A professora da UFPR/ITTI foi convidada para escrever o capítulo do livro *Science Education: A Global Perspective* pelo próprio presidente do ICASE, Ben Akpan. A publicação já está sendo comercializada em centenas de países.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Artigo

As pesquisadoras Christiane Gioppo e Michelle Bochhi Gonçalves também tiveram o trabalho reconhecido pela Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio), que publicou um artigo sobre o trabalho desenvolvido com os Terena na Revista da SBEnBio, uma das publicações da Associação que é avaliada e reconhecida pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).



CNA pede respeito à lei na desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá

SÍTIO O PROGRESSO, 17.01.2014

Brasília-DF – A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, fez gestões e pediu providências ao Governo Federal para garantir que, no cumprimento do mandado judicial, determinando a desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, os direitos dos pequenos produtores rurais sejam respeitados.

“É preciso acompanhar de perto a situação de mais de mil famílias de agricultores ali instaladas para evitar violação de direitos como aconteceu há cerca de um ano durante o processo de desocupação da Terra Indígena Marãiwátsedé”, disse Kátia Abreu ao citar a desintrusão de produtores rurais de uma área ao norte do Mato Grosso(MT).

Desde o ano passado, a presidente da CNA vem mantendo contatos e cobrando providências do governo. Ela encaminhou ofícios ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, à Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, ao Secretário Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e à ministra Secretária de Direitos Humanos, Maria do Rosário. A todos, alertou que a execução de uma medida judicial não pode provocar violação de direitos.

Kátia Abreu encaminhou, ainda, correspondência ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa, e ao Procurador Geral da República, Rodrigo Janot. A senadora solicitou a todos eles que enviem observadores ao Maranhão para acompanhar a retirada dos agricultores. A CNA está presente na região, onde o coordenador técnico do Instituto CNA, Arno Jerke Júnior, está fazendo gestões junto às autoridades locais em favor dos agricultores.

Responsabilidade - No entendimento da senadora Kátia Abreu, a CNA não pode se eximir da responsabilidade de acompanhar, no local dos acontecimentos, o processo de retirada dos agricultores da área indígena Awá-Guajá, sempre respeitando a determinação judicial.

A propósito, no ofício encaminhado ao ministro Gilberto Carvalho, a senadora manifestou sua preocupação de garantir direitos e evitar abusos de autoridade, deixando claro que a entidade “está atenta a cada etapa deste processo que envolve mais de mil famílias de pequenos agricultores”. (Assessoria de Comunicação CNA).



Atleta indígena de Caarapó assina 1º contrato profissional com clube da Capital
SÍTIO CAARAPO NEWS, 17.01.2014

O vereador pelo município de Caarapó, Dario Ramires (PR), foi a Campo Grande no último dia 14, para assinar o primeiro contrato profissional do seu filho, o atleta Cleison Ramires Lemes (16), morador da Reserva Indígena Te'yikue. O jovem jogará por um ano na equipe do Clube Esportivo Nova Esperança (CENE), de Campo Grande.

O contrato foi assinado na sede do clube e com isso o atleta caarapoense passa a ter condições legais para disputar o Campeonato Estadual de Futebol de 2014 (Série A), que começa neste sábado (18), com duas partidas. As bases do contrato não foram reveladas pela família.

O CENE joga no domingo (19) contra o Novoperário, as 16h em Campo Grande, com transmissão ao vivo da TV Morena detentora dos direitos de transmissão do Campeonato Sul-Mato-Grossense.

Carreira

Conforme Dario Ramires, o atleta iniciou sua carreira nas escolinhas de base da prefeitura de Caarapó, com o professor de Educação Física Paulo Roberto de Souza, que hoje exerce a função de chefe do Departamento de Esportes e Lazer, e também o professor Juarez Camargo, com os quais participou de várias competições municipais e estaduais.

Na sequência Cleison foi fazer parte da escolinha comandada pelo professor de Educação Física, Vinícius Arteman. O mesmo participou de jogos sob o comando do ex-atleta João Baratella Cavanha (Deda).

Em 2011 o mesmo foi convidado para integrar o time do Sub 15 da equipe do Figueirense de Santa Catarina. Lá disputou a Copa do Brasil, o Campeonato Catarinense e dentre outras.

Voltando para Caarapó este ano, o mesmo disputou o Campeonato de Futebol Intervilas e Campeonato Amador de Caarapó pela equipe da aldeia.

Televisão

Conforme o portal G1 MS os jogos que serão transmitidos pela TV Morena serão os seguintes:

19 de janeiro (domingo) Cene x Novoperário - 16 horas - Campo Grande

22 de janeiro (quarta-feira) Cene x Comercial-MS - 21 horas - Campo Grande

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

26 de janeiro (domingo) Naviraiense x Ubiratan - 16 horas - Naviraí

29 de janeiro (quarta-feira) Comercial-MS x Costa Rica - 21 horas - Campo Grande (Ainda depende de alteração da FFMS, já que está marcado para o dia 30)

2 de fevereiro (domingo) Ubiratan x Ivinhema - 16 horas - Dourados

Pela primeira vez na história no futebol de Mato Grosso do Sul, o Campeonato Estadual terá ao menos um jogo transmitido por rodada.

Início

O Campeonato Sul-Mato-Grossense 2014, Série A, começa amanhã (18) com Comercial e Misto, no Morenã, às 16h. Ivinhema e Naviraiense estreiam no mesmo dia sendo que o jogo será realizado às 19h30, no Douradão.

Confira na íntegra a tabela de todo o campeonato clicando no link:
http://www.gazetams.com.br/base/www/gazetams.com.br/media/attachments/3740/3740/528cc36a696f6d1630130a947fea55b6ca2016a942bc5_tabela-oficial-do-estadual-serie-a-2014.pdf

Indígenas cobram definição das funções na saúde

SÍTIO O PROGRESSO, 17.01.2014



Encontro na Câmara reuniu indígenas e representantes do poder público (Foto : Hédio Fazan)

Descontentes com a qualidade do atendimento que está sendo prestado nos postos de saúde da reserva indígena de Dourados, moradores das aldeias Bororó e Jaguapiru se reuniram na manhã de ontem com representantes do poder público, no Plenarinho da Câmara Municipal.

O objetivo do encontro foi tentar buscar uma solução para o maior problema da saúde nas aldeias que, segundo os indígenas, é a indefinição das funções por parte do município e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). "A comunidade sofre muito quando precisa ir aos postos de saúde.

Dos três que existem nas aldeias, nenhum deles está em condições de dar um atendimento completo ao enfermo. Em alguns faltam funcionários; em outros, insumos hospitalares e medicamentos", disse Gaudêncio Benites, cacique recém-eleito pela Bororó.

Segundo ele, a administração municipal e a Sesai precisam se entender melhor. "Nesse cenário, a comunidade fica um pouco perdida, pois se vamos pedir apoio de 'A', o 'A' diz que tal assunto não é de sua competência e transfere as responsabilidades para o 'B', e vice-versa. Enquanto isso não acabar, não conseguiremos progredir", destacou.

CONT.



Comissão

Por sua vez, o vereador Aguilera de Souza, interlocutor entre os moradores da reserva e o poder público, disse que um dos objetivos da reunião foi planejar a criação de uma comissão que irá atuar junto com a Coordenaria de Assuntos Indígenas inaugurada no ano passado, pela prefeitura. “Essa comissão iria fiscalizar as ações da Sesai e também do município, bem como auxiliá-los nesse trabalho de reestruturação da saúde indígena.

Não adianta apenas cobrarmos, também estamos dispostos a ajudar no que for preciso, fornecendo dados das principais demandas. Para se ter uma ideia, a situação hoje chegou ao ponto de que alguns dos postos de saúde das aldeias não têm nem mesmo um vigia”, destacou Aguilera.

“A indefinição nos papéis entre estas duas entidades está refletindo diretamente na comunidade que já tem problemas demais. Vejo que não falta boa vontade, principalmente da prefeitura, mas esse ruído na comunicação precisa ser corrigido”, completou.

Os indígenas também reclamaram da má distribuição de medicamentos, entretanto, conforme divulgado recentemente pela Sesai ao O PROGRESSO, existem algumas restrições. Por lei, a entidade pode fornecer apenas medicamentos de necessidade básica. As demais categorias são responsabilidade do município e do Estado.

Sugestão

O secretário adjunto de Saúde de Dourados, Márcio Figueiredo, acompanhado do vereador Pedro Pepa, que preside a Comissão de Saúde da Câmara de Dourados, disse que o município apoia a luta dos indígenas e fará os esforços necessários.

Ele fez uma sugestão importante. “A ideia da comissão é muito boa, porém, ela precisa ser organizada. Acredito que seria muito importante se esta comissão contasse com representantes oficiais de cada um dos lados envolvidos, além, claro, de profissionais especializados que possam dar a orientação correta.

Sendo assim, acredito que a comissão deveria ter, por exemplo, membros da comunidade indígena, da prefeitura e da Sesai. Se todos se unirem, acredito que o trabalho será mais eficiente”, explicou.

Segundo o vereador Aguilera de Souza, a Sesai foi convidada para a reunião, mas não pôde comparecer, todavia, se comprometeu em analisar as demandas apresentadas pelos indígenas.

Não se trata de guerra entre índios e fazendeiros, diz dirigente da Famato

SÍTIO RD NEWS, 17.01.2014



Rui Prado, da Famato, diz que, nas demarcações, o governo não indeniza os produtores como deveria

Conflitos sangrentos, como o ocorrido em Suiá Missú em dezembro de 2012, demonstram que índios e produtores rurais estão em lados opostos. Embora muitas vezes os fazendeiros pareçam ter declarado “guerra” contra a população indígena, o presidente da Famato, Rui Prado, garante que a culpa dos confrontos é da União, pois não indeniza os fazendeiros considerando o preço do mercado imobiliário. “Isso não é guerra entre índios e fazendeiros”, argumenta Rui Prado.

Mato Grosso conta com 42.538 mil índios e possui extensão territorial de 903 mil km²,

sendo 12% destinados a reserva indígena. Mas, mesmo assim, ainda é comum haver conflito entre produtores e índios. Segundo a Famato, o percentual de reserva indígena pode chegar a 18% se outras 21 áreas forem regularizadas. Rui Prado argumenta que quando há ampliação de terras indígenas ocorre subtração de área de produção. Ele enfatiza que por traz das terras produtivas houve investimento do fazendeiro. “Estamos vivendo em um país com o regime capitalista. A União pode ampliar as áreas indígenas, mas que ela indenize o produtor. Se fizesse isso não haveria conflito porque o produtor pegaria o dinheiro e compraria uma área em outro local”.

Além do confronto em Suiá-Missú, outro mais recente se deu em Apiacás, no Nortão. Produtores obtiveram liminar para suspender demarcação e ampliação da reserva. Uma decisão proferida em novembro de 2013 pelo ministro Luiz Fux, do Supremo, suspendeu a ampliação da área da terra indígena Kayabi até o julgamento do mérito da ação. Para Rui, não apenas a Funai deve ser responsável pelos processos relacionados aos índios. Observa que “somente a Funai e quem identifica essas necessidades dos índios, que diz o tamanho a ser ampliado, se há vestígios antropológicos de índios”. “É uma arbitrariedade e não é possível aceitar isso em um regime democrático”. O ideal, enfatiza o presidente da Famato, seria que outras entidades fossem consultadas. Como exemplo ele cita prefeituras, Embrapa, Ministério do Meio Ambiente, produtores envolvidos e os índios. Ele ainda alega que só após a consulta ampliada é que deveria haver uma decisão.

12% do território de MT têm reserva indígena; população chega a 42 mil
SÍTIO RD NEWS, 17.01.2014



Victor Cabral

Terceiro maior Estado em extensão territorial do país, com 903 mil km², Mato Grosso registra 42.538 índios, divididos em 42 etnias. Os dados são do último censo disponível do IBGE, de 2010. Ainda aponta 5.821 indígenas vivendo em áreas urbanas. Dos 141 municípios, 55 contam com terras indígenas, segundo a Funai. Em uma década, de 2000, quando se reunia uma população de 29.196, até 2010, houve aumento de 45,6% da população indígena no Estado.

De acordo com a Famato, 12% do Estado são de reserva indígena e esse percentual pode chegar a 18% se outras 21 áreas forem regularizadas. Na região Centro-Oeste, quando o assunto é população indígena, Mato Grosso só fica atrás do vizinho Mato Grosso do Sul, que conta com aproximadamente 72 mil índios.

A presença indígena nas áreas urbanas só começou a ser incluída no censo de 1991. Em terras mato-grossenses há apenas uma etnia isolada. Trata-se da Tupi Kawahiv, recém-descoberta.

CONT.



No território brasileiro ainda contabilizam-se 47 referências de grupos indígenas isolados que estão em processo ou em vias de levantamentos de dados preliminares, sendo 7 delas em Mato Grosso. Atualmente são 50 reservas indígenas regularizadas, 7 delimitadas, 7 declaradas e 7 em estudo, totalizando 71.

São consideradas terras em estudo aquelas que estão em processo de pesquisa antropológicas, históricas, fundiárias, cartográficas e ambientais. As delimitadas são quando os estudos são publicados pela Funai no Diário Oficial e encaminhados ao Ministério da Justiça. Declaradas são quando o ministro da Justiça autoriza a demarcação.

Sobre o nível de instrução, os dados são do censo de 2005. Na época, 9,9% dos professores que atuavam nas escolas indígenas não tinham concluídos o ensino fundamental; 12,1% contavam com o ensino fundamental completo; 64,8% com o médio e 13,2% com superior.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), nos dados sobre pós-graduação do mesmo ano, do total de ingressantes, apenas 15% estão entre negros, pardos e indígenas. A Universidade Federal de Mato Grosso iniciou em 2006, com parceria com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Funai, o processo de inclusão de estudantes naturais de aldeias indígenas. Em 2007 foi criado o Programa de Inclusão Indígena (Proind), que tem como objetivo atender estudantes indígenas em cursos que são considerados elitizados, como, por exemplo, os de Medicina e Direito.



AGU contesta procurador e diz que seção indígena será mantida

SÍTIO FOLHA DE BOA VIASTA, 17.01.2014

YANA LIMA

Editoria de Política

yana@folhabv.com.br



AGU afirma que indígenas não ficarão desassistidos, conforme foi especulado por procurador

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou que a seção que trata dos interesses de indígenas não será fechada. A notícia havia sido dada pelo então procurador da referida seção, Wilson Précoma.

No entanto, a AGU rebateu a informação ao afirmar que o que houve foi o deslocamento do procurador federal para o exercício de outras atividades.

Em nota, o órgão federal não informou quem assumirá a seção, mas sustentou que a unidade continuará prestando todo o serviço

jurídico de interesse da Fundação Nacional do Índio (Funai) e das comunidades indígenas no Estado.

Atualmente, há aproximadamente 300 processos em andamento na seção. Muitos deles se referem a causas relacionadas à previdência, processos de adoção de crianças, menores em abrigos, defesas criminais, fundiárias, aposentadoria, salário-maternidade e saúde.

Conforme a Folha apurou, na AGU os indígenas que necessitam de apoio são encaminhados a uma coordenação técnica na Funai. Chegou a ser cogitada a transferência desta demanda para as defensorias públicas estadual e da União. No entanto, o defensor-geral de Roraima, Stélio Denner, explicou que não há previsão para que este atendimento seja feito pela Defensoria estadual, cuja atribuição é no âmbito da Justiça estadual. Já o defensor-geral da União, Pedro Assed, não foi localizado para comentar o assunto.

O coordenador-regional da Funai, André Vasconcelos, explicou que a atuação da seção na AGU é fundamental na garantia dos direitos de indígenas. Explicou que a Funai pode até intermediar questões como a emissão de Registro Administrativo Indígena (Rani), mas até neste caso, quando há o envolvimento de indígenas não brasileiros, passa a ser resolvido apenas por meio do órgão. "A AGU é o advogado da Funai e consequentemente dos indígenas. Todas as questões relacionadas à Justiça precisam da atuação da AGU para que os indígenas tenham os direitos garantidos, assim como todo cidadão", explicou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Na Comunidade de Mutum, no Município de Uiramutã, na fronteira com a Venezuela e a Guiana, pelo menos 100 indígenas aguardavam a ida do procurador federal para um atendimento itinerante na região. São pessoas que buscam principalmente a emissão de documentos pessoais para que possam acessar serviços como aposentadoria e outros benefícios previdenciários. “Ficamos surpresos quando soubemos que a seção poderia acabar, pois é muito importante para nós termos acesso a esses benefícios”, disse a vereadora Irisnaide Souza, que como mais de 80% da população do município, é indígena da etnia Macuxi.

Ela disse que, com a saída de Wilson Précoma, a população indígena ficou preocupada. “Fizemos uma reunião e em seguida vim para Boa Vista para ver como vai ficar nossa situação, pois estamos com medo de ficar desassistidos”, explicou.

Pela Constituição, a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente.

Governo faz general negociar com indígenas acusados até de sequestro SÍTIO DIHITT, 17.01.2014

Governo 'pede' que índios não retomem extorsão praticada há dez anos



O general Ubiratan Poty negociou com os índios, que, além da cobrança ilegal de "pedágio", ainda são acusados de sequestro

A cobrança de pedágios na BR-230 (Transamazônica) que corta a reserva dos índios Tenharim, no sul do Amazonas, não será mais retomada no próximo dia 1º de fevereiro. Durante encontro com representantes do governo federal, ontem, os indígenas aceitaram "sugestão" do general Ubiratan Poty, da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, para não estipularem uma data para o retorno da cobrança.

"Eu apresentei essa proposta para eles, com o objetivo de ter uma solução pacífica, para que não condicionassem a manifestação [cobrança de pedágio] a uma data, e sim à resposta do governo", disse o general. Segundo Poty, o bloqueio das estradas ficou dependente da resposta a ser dada pelo Ministério da Justiça a uma carta enviada pelos índios com as suas reivindicações.

O pedágio é cobrado ilegalmente e impunemente há mais de dez anos pelos índios como forma de "compensação ambiental" pela construção da Transamazônica em 1972. O Ministério Público Federal do Amazonas entrou com uma ação na Justiça Federal para responsabilizar a União por "violações de direitos humanos" e supostos "danos permanentes" causados aos

CONT.



índios. O MPF, contudo, não tomou qualquer iniciativa em relação ao sequestro de três homens, que os próprios índios afirmam ser represália à morte de um cacique, Ivan Tenharim, que na verdade faleceu em um acidente de moto, conforme atestou a polícia. O MPF também não ajuizou qualquer ação contra o então coordenador da regional da Funai, Ivã Bocchini, que de forma considerada leviana, levantou a suspeita de que o cacique teria sido assassinado. Isso deu pretexto para que os três homens fossem sequestrados. Eles permanecem desaparecidos desde então. Na sexta-feira (10), Bocchini foi exonerado do cargo.

Há quase um mês, os índios da etnia Tenharim estão isolados nas aldeias. Impedidos de cobrar o pedágio e impossibilitados de se deslocar até a cidade, estão dependentes da assistência do governo federal. Como eles não trabalham nem produzem, a Fundação Nacional do Índio (Funai) tem distribuído cestas básicas e medicamentos.

De acordo com o general Poty, a carta ao Ministério da Justiça pede que o governo encontre uma nova forma de compensação para os impactos da obra. Assim, os índios não retomariam os bloqueios. "Não existe mais data para retorno de qualquer manifestação na estrada, existe sim a pendência de resposta do governo. A carta ao Ministério da Justiça pede alguma coisa em substituição ao pedágio", revelou o general.

O encontro de ontem ocorreu na Terra Indígena Tenharim Marmelos e além do general Poty, que é responsável pelo suporte logístico e de estrutura à força-tarefa montada para a investigação do desaparecimento, estiveram presentes representantes dos ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social.

DIÁRIO do PODER/montedo.com



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Índios interditam trânsito para impedir construção da rodovia SC-284, no Oeste
SÍTIO RIC MAIS, 17.01.2014

Uma manifestação prejudicou o trânsito no Oeste de Santa Catarina. Um grupo indígena trancou a passagem para impedir que as máquinas que realizavam a construção da SC-284, continuassem com os trabalhos. A rodovia deve passar por dentro da reserva indígena

<http://fast.player.liquidplatform.com/pApiv2/embed/2b005b04f7b275b60110b4a55000fa8b/a03c922128e3b45cf35e1c5cb89ec55e?hasFacebook=false&hasTwitter=false&startOutput=360p#>



Índios Kaapor sofrem com ação de madeireiros

SÍTIO CEDEFES, 17.01.2014

No último dia 07 de janeiro índios da aldeia Ximborendá da Terra Indígena Alto Turiáçu foram vítimas de violência atribuída a um grupo que fazia extração ilegal de madeira dentro da terra indígena.

Depois de terem sido informados da presença de um caminhão madeireiro dentro da Terra Indígena Alto Turiáçu, nas proximidades da Aldeia Ximboredá, um grupo de oito indígenas foi até o local, onde foram recebidos com tiros e coronhadas. Dois índios foram atingidos pelos disparos, um nas costas e o outro na perna.

Após tomar conhecimento do ocorrido, uma equipe da Coordenação Regional da Funai no Maranhão, com o apoio da Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Diretoria de Proteção Territorial da Funai, deslocou-se até a região para checar a situação de violência contra os Kaapor e prestar auxílio às vítimas na realização de Ocorrência Policial e Exames de Corpo de Delito. A ação também teve a finalidade de afirmar ao povo que o Estado está ciente do ocorrido e se fará presente para garantir a integridade física dos indígenas evitando novas formas de violência.

Um ofício apresentando a certidão de Ocorrência registrada na Polícia Civil e os laudos dos exames foi encaminhado ao DPF e à Secretaria de Segurança Pública do Maranhão pedindo apoio aos Kaapor.

Fonte: FUNAI



IEB faz 15 anos com os pés fincados na Amazônia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.01.2014



Indígenas e gestores públicos participaram do segundo módulo do Formar PNGATI em Cacoal, Rondônia.
Foto: Acervo IEB

Instituto busca promover Justiça socioambiental fortalecendo as comunidades.

Por Sávio de Tarso, da Envolverde

Lá eles chamam de base, é o chão. Parece longe de todo lugar, mesmo para os que vivem nesse vastíssimo "lá", teia de muitos territórios amazônicos sumariamente semelhantes nas desigualdades – sociais, regionais, ambientais, gritantes. São gritos roucos dos filhos desse chão multidiverso que a equipe do IEB busca afinar com ouvidos receptivos, olhar atento e disposição para oferecer aos desfavorecidos uma laboriosa dinâmica de empoderamento, ao compasso da história de cada comunidade. Aos 15 anos de existência, o IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil tem destino e destinatário definidos para suas ações: as comunidades locais da Amazônia.

Criado para facilitar o acesso ao conhecimento sobre conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável, executando projetos de formação e capacitação aplicáveis nos vários biomas brasileiros, o IEB percorreu nesse período uma trajetória singular, que abraçou o desdobramento dos focos de sua missão institucional por força do contato mais estreito com o "chão". Não descuidou de sistematizar e disseminar os saberes sobre o uso dos recursos naturais nem sobre o indispensável alargamento da participação institucional das comunidades

CONT.



nos espaços públicos, mas aos poucos concentrou as ações na Amazônia – o que não é de pouca monta.

Com os pés no concreto de um cotidiano de conflitos variados, quase sempre na fronteira com a selva densa da burocracia estatal, tornou-se cada vez mais necessário encurtar a distância amazônica entre o que está no papel como políticas públicas e o isolamento em que vivem as populações originariamente beneficiárias dessas políticas – os ribeirinhos, agricultores assentados, agroextrativistas, indígenas. E então, para conferir maior sustentabilidade a sua missão, a equipe do IEB viu na gestão territorial e ambiental a perna que faltava para constituir, com o fortalecimento institucional das comunidades e os programas de formação e capacitação, o tripé de eixos temáticos que trabalha hoje.

“Nosso foco não é mais só formação porque ela não dá conta de todos os problemas” – explica a diretora-executiva Maria José Gontijo, fundadora do IEB. “A gente continua dando as bolsas, só que as bolsas são hoje muito mais voltadas para o Manejo Florestal Comunitário e Familiar, para filhos de agricultores; não é mais para o aluno da Universidade de Brasília que quer estudar a Amazônia. Fizemos a escolha de estar ali e trabalhar com o pé na terra mesmo.”

Iniciada cerca de oito anos atrás, a concentração no bioma Amazônia se deu também para atender às demandas crescentes em consequência da implantação das políticas públicas originadas nas várias esferas de governo, explica Henyo Trindade Barretto, diretor acadêmico. “Quando comecei a trabalhar com o IEB, eu o via como organização multilocal: mata atlântica, semiárido, caatinga, cerrado e Amazônia também. Mas, com o tempo, o IEB passou a ser identificado como instituição com grande inserção na Amazônia. Expressão disso são os dois escritórios regionais, um em Belém, o outro em Humaitá (AM).”

O coordenador regional Manuel Amaral Neto lembra que a criação do escritório de Belém foi definida em 2005 em decorrência de uma avaliação estratégica das ações do IEB “no campo da gestão de recursos naturais, com foco principalmente nas ações de articulação interinstitucional para o Manejo Florestal Comunitário e Familiar”. Segundo ele, esse foco conduziu à não restrição territorial do escritório de Belém, “que não se limita às ações realizadas no Pará, mas abrange toda a Amazônia brasileira”.

A capacitação e a participação da comunidade no desenvolvimento dos projetos de manejo florestal tornara-se eixo de atuação do IEB a partir de 1998, quando a implementação de projetos do PP-G7 mostrou a fragilidade legal do processo. (PP-G7 era o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, do Banco Mundial, com recursos dos sete países ricos.) “Não tinha marco regulatório para as ações do programa, que previa e contemplava a aprovação de planos de manejo na escala comunitária; não tinha mecanismo de fomento, de crédito que pudesse também apoiar essa atividade” – conta Manuel. “Tentava-se criar algo novo na região e o PPG-7 apoiava os projetos, que enfrentavam enormes dificuldades; então o IEB promovia encontros que a gente chamava diálogo intersetorial pra discutir esses problemas. Foi dessa iniciativa que surgiu o marco regulatório que se tem hoje estabelecido para o Manejo Florestal Comunitário na Amazônia brasileira.”

Na fronteira do desmatamento

CONT.



A avaliação de 2005 indicou também a necessidade de produzir uma estratégia regional para o Sul do Amazonas. “O diagnóstico apontou uma fragilidade institucional muito grande, nas comunidades e nos seis municípios da região” – conta o diretor técnico do IEB, Ailton Dias, um dos autores do estudo realizado em Lábrea, Humaitá, Manicoré, Boca do Acre, Canutama e Novo Aripuanã. “Presença do Estado muito precária, quase ausente; Prefeituras que não desempenhavam a função pública, algumas capturadas por corrupção e crime organizado. E ao mesmo tempo uma pressão vinda de fora, das madeireiras, uso ilegal das terras, grilagem, violência. Uma situação quase explosiva.”

O diagnóstico confirmava a percepção que vinha se cristalizando nas ações do IEB, como recorda Maria José: “Em 2003 nós começamos a trabalhar com a ideia de espaço público. E constatamos que nesse espaço o empresário é muito empoderado, o poder público é muito empoderado. Quem realmente é o lado fraco nessa equação são as comunidades. A gente começou a perceber que se não fizesse essa opção por fortalecer quem precisava, nunca teria espaço público com algum resultado plausível”.

Essa percepção foi determinante na “estratégia de fortalecer as instituições locais, de prepará-las para uma situação de maior conflito social e ambiental na região, para gerir esses conflitos de maneira mais proativa”, na definição de Ailton Dias. O conflito explode na fronteira do desmatamento, o que exigiu uma estratégia de antecipação. “Nossa atuação no Sul do Amazonas está muito ligada a isso: chegar nas áreas onde a fronteira do desmatamento não chegou, mas vai chegar, e os grupos locais estão muito fragilizados pra poder reagir, oferecer alguma resistência.” A precariedade é de tal ordem que “o IEB trabalha nas várias frentes, ajudando desde a constituição da associação local; em alguns casos, a gente apoiou a própria realização de assembleia, a organização dos procedimentos para a eleição de uma diretoria”.

CONT.



A gente desgarrada e o atropelo

A prática desse tipo de intervenção num meio social onde o isolamento favorece a desagregação dos mais frágeis deu origem ao Programa Liderar, para capacitação de lideranças já reconhecidas nessas comunidades. Coincidiu com a celebração dos 15 anos do IEB, em dezembro de 2013, a reunião presencial de conclusão da primeira turma de formandos. Um deles, Virgílio dos Santos Silva, é agricultor no assentamento Virola-Jatobá, no município de Anapu/AM. "A gente fica desgarrado, luta só com as próprias forças" – diz ele, acrescentando que na capacitação aprendeu a "administrar uma reunião, como liderar um grupo, entender o lado de cada um". Virgílio reconhece que a presença do IEB na região "foi um laço muito forte pra gente ter mais firmeza e abriu uma nova perspectiva".

Nesse cenário de desigualdade, lembra Ailton Dias, "atrair o Estado e levar as políticas públicas para a região se tornou um requisito para qualquer ação que a gente quisesse desenvolver". A legislação que rege as Unidades de Conservação (UC), por exemplo, exige a participação de representantes da comunidade no conselho de gestão, e essa representação deve ter uma estrutura institucional. "Esse debate às vezes demora anos até que se crie um consenso de que precisa de uma associação mais ampla, representando os diversos setores do território, a associação-mãe", conta o diretor-técnico do IEB. "O passo seguinte é institucionalizar o conselho de gestão e garantir que as políticas públicas cheguem àquele território e passem pelo conselho, como uma instância que funcione para aplicação de recursos, Bolsa Verde, programas de transferência de renda, programas habitacionais, de criação de mercado, merenda escolar. Todas essas coisas podem ter o conselho como instância de discussão, deliberação e aplicação. É o que a gente chama de fortalecimento institucional." Esse processo demanda tempo, mercadoria escassa, pois "o que mais tem na Amazônia é atropelo".

Maria José reforça que "pra conquistar a confiança dessas pessoas leva três ou quatro anos, até podermos começar a trabalhar". E questiona: "Quem quer investir nisso? Ninguém quer investir nesse tipo de coisa". Por isso mesmo, o esforço do qualificado grupo de técnicos do IEB ganhou o respeito de instituições do Estado, como o ICMBio: "É um trabalho que eles não conseguem fazer. Ou seja, tem um grupo de pessoas dentro de uma UC que consegue dizer pra eles: olha isso aqui é a nossa agenda, é isso o que nós queremos. É sopa no mel para eles. Hoje essas comunidades já têm uma instância de diálogo com o ICMBio".



CONT.



O diálogo, a conduta e a regularização

Em Barcarena, próximo a Belém do Pará, o IEB aos poucos vence o mesmo desafio de apoiar a organização e qualificação das comunidades para dialogar com o Estado e, no caso, com empresas do polo de mineração que em três décadas produziram um grande passivo ambiental sem fornecer proporcionais contrapartidas à sociedade local. Como resultado da capacitação das lideranças da comunidade e do diálogo estabelecido, as maiores empresas do polo de mineração aderiram à experiência nomeada como Pré-Fórum. "Foi criado, com representantes dos diversos setores da sociedade, um grupo de trabalho que está definindo um regimento e preparando o lançamento do Fórum Intersectorial de Barcarena para fevereiro" – comemora Manuel.

"O aspecto bastante positivo de nossa atuação é ter estimulado uma participação qualificada de representantes da sociedade civil a partir da capacitação e de uma articulação que envolveu esses setores dos movimentos sociais, a iniciativa privada, ONGs de diferentes esferas – locais, nacionais e até internacionais como a AIN – Ajuda da Igreja da Noruega" (país de origem da mineradora Hydro, instalada no município). Iniciado em 2008 a partir de um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta aplicado pelo Ministério Público Estadual do Pará e ainda em curso, o processo está relatado na publicação Fortalecimento Institucional e Criação de Espaço Público: Sistematização da Experiência em Barcarena, Pará, lançada em dezembro, nas comemorações dos 15 anos do Instituto.

Foi também um Termo de Compromisso – firmado entre a Prefeitura de São Félix do Xingu (PA) e o Ministério Público Federal – que inspirou outra ação conduzida pelo IEB. O coordenador regional explica que o Instituto está lá, "em parceria com outras organizações, em busca do fortalecimento institucional de uma comissão – criada por determinação do Termo de Compromisso – para realizar ações de combate ao desmatamento ilegal", inclusive o Cadastro Ambiental Rural de 80% das propriedades do município.

Entre outras atividades, Manuel menciona que o IEB "realiza a capacitação de pequenos agricultores com a temática socioambiental" e oferece "uma espécie de bolsa – o Xingu dos Saberes – a jovens oriundos de comunidades rurais para que façam experimentações agroecológicas voltadas para o fim do desmatamento". A proposta inclui a criação de "um fórum de discussão para atrair as políticas públicas que fortaleçam as atividades produtivas sustentáveis", acrescenta Manuel. "A ideia é planejar no primeiro semestre de 2014 uma agenda de São Félix do Xingu em Brasília. Ou seja, discutir as ações do município, que tem cumprido as metas estabelecidas nos acordos com os órgãos governamentais [para reduzir o desmatamento] e qualificar demandas para que essas ações possam ser fortalecidas no âmbito do município. E essa é uma ação que vai envolver os diversos setores da sociedade."

"É uma característica nossa: fazer as coisas de maneira o mais consensual e mais legítima possível" – pontua Maria José. "Não temos medo do diálogo, de aprender com nossos erros, por isso sistematizamos tudo que é feito. Para aprender com nossos erros e nossos acertos."

Foi por causa do diálogo que o IEB acabou se embrenhando na selva da regularização fundiária. "Um tema extremamente espinhoso, difícil de trabalhar, e nós passamos algum

CONT.



tempo guardando distância dele, porque não estava no nosso perfil” – admite Ailton Dias. “Mas com o impacto das interlocuções cada vez mais densas, a gente viu que essa é a agenda estruturante, e não dá pra ignorá-la: o pessoal das comunidades repete isso o tempo todo.” O diretor técnico avalia essa guinada como um dos sucessos da instituição, e acredita que “o trabalho deu um salto impressionante” quando incorporou a questão fundiária como tema crucial da gestão territorial e ambiental que integra suas linhas de atuação.

“A gente tem que pegar esse bonde, porque não se sabe até que dia ele vai rodar” – alerta Maria José. “Do ponto de vista do Estado, é o melhor instrumento para barrar o desmatamento!” A lógica da maior facilitação para a regularização territorial, afirma, começa com “os compromissos que o Brasil vem fazendo internacionalmente, de redução de emissões, que requerem a Amazônia mais vigiada para evitar as queimadas; nada melhor que as pessoas que estão lá sejam realmente os donos da terra onde vivem”.

O técnico florestal Antônio Carlos Nascimento, formando no Programa Liderar, acredita que “a única maneira de enfrentar o desmatamento é a regularização fundiária”. Ele é secretário da Cooperativa Extrativista Florestal Familiar de Apuí, município de 30 mil habitantes no Sul do Amazonas, onde a pecuária já é a atividade predominante e se multiplicam os conflitos pela posse e uso da terra. A regularização fundiária é, segundo Nascimento, “uma maneira de lutar dentro da lei para impedir os grandes desmatamentos e encontrar novas alternativas e fontes de vida nas propriedades”.

É essa a razão para a vinculação do IEB às ações de capacitação para gestão territorial e manejo de recursos naturais em parceria com associações, cooperativas e comunidades locais, “na perspectiva de construir alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico”, como explica o diretor acadêmico Henyo Barretto. “O próprio processo de elaboração e construção da política estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar no Pará é pontuado por várias ações que são de treinamento e capacitação, não só dos atores locais, mas também dos próprios gestores públicos” – exemplifica. O objetivo é a qualificação desses atores para a implantação das políticas públicas. A experiência, em parceria com o IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, foi sistematizada na publicação Os Desafios da Educação Profissional para o Manejo Florestal Comunitário e Familiar, lançada também no aniversário do Instituto.

A parceria com o IFPA ganhou consistência a partir de 2002, quando “os cursos tecnológicos eram voltados para o meio rural e não contemplavam na grade curricular uma disciplina relacionada a manejo de florestas”, relata Manuel Amaral. “Primeiro foi um módulo, depois evoluiu para uma disciplina e mais tarde se tornou o curso de Técnico em Florestas. Em 2009, a gente formaliza o termo de cooperação em que o IEB assume a responsabilidade de coordenar a disciplina de MCF já no curso de técnico de florestas.”

CONT.



Articulação de saberes

A parceria com institutos de ensino federais e estaduais, e também com universidades, integra a proposta conceitual de articulação de diversificadas fontes de conhecimento que se alimenta na permanente disposição para o diálogo. "A gente trabalha com os conhecimentos tradicionais que as populações já têm daqueles ecossistemas, e traz também os estudiosos acadêmicos dessas culturas, desses regimes e sistemas de conhecimento, para atuarem de modo conjunto nas ações de formação" – informa Henyo. "Tem também o senso prático da administração que o gestor público traz, tem anos de experiência, sabe como a máquina pública roda, para complementar esse processo. Se você olhar o plano de qualquer um dos cursos, vai ver que tem lá um pajé, um ancião sabedor, um historiador, um antropólogo, o coordenador que tem uma experiência de planejamento participativo interessante."

Tal diversidade de fontes de conhecimento se buscou, por exemplo, no pioneiro curso de preparação para a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. O projeto Formar PNGATI foi desenvolvido com várias organizações indígenas, a Funai – Fundação Nacional do Índio, o Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio, e integra também o conhecimento acadêmico (mais detalhes na página do Projeto Formar).

O IEB tem colaborado indiretamente com outras ONGs na questão da gestão dos territórios indígenas, mas só recentemente assumiu uma parte do problema ao liderar um projeto de diagnóstico do território para os Apurinã, da Terra Indígena Caititu, em Boca do Acre (AM). "Essa região tem um passivo de reconhecimento de direitos territoriais indígenas: vários povos, principalmente Apurinã e também Jamamadi, reivindicam o reconhecimento de terras, que sequer têm estudos preliminares para constituição de grupos de trabalho de identificação – primeiro passo do ponto de vista da regularização", conta Henyo Barretto.

CONT.



A secretária da Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre, Gleiciane Apurinã, lamenta que a Funai alegue falta de funcionários para o processo de identificação e titulação das terras. Com apenas 23 anos, ela participou do Programa Liderar e agora se diz mais preparada para fazer sua parte: "Eu já tenho uma visão mais ampla, de onde eu posso reivindicar os direitos dos povos indígenas".

O samba dos empoderados

Estimular as comunidades e suas lideranças efetivamente comprometidas a assumirem o protagonismo das próprias lutas, indicando caminhos, é parte expressiva da filosofia de trabalho do IEB. "A gente vai puxando o samba, mas não somos nós que vamos falar" – diz Maria José Gontijo. "Em todas essas cidades, a gente não senta em nenhum conselho. É um problema que a gente enfrenta, porque os órgãos querem, porque padecem da falta de pessoas capacitadas para estar nesses conselhos. Não é o nosso papel; não somos ator local. Vamos ficar naquela comunidade cinco anos, dez anos, depois vamos sair. O ator local são as lideranças, que devem fazer a própria defesa. Elas é que sabem o que se passa."

Para salvaguardar os direitos das comunidades que vivem nas florestas públicas junto à BR-163, no Sul do Pará, o IEB atua no desenvolvimento de um sistema de governança florestal baseado em três dispositivos: 1) fortalecimento institucional das comunidades para discutir as concessões florestais regulamentadas pela Lei de Gestão de Florestas Públicas; 2) certificação socioambiental, pelo FSC (certificadora internacional de produtos florestais), dos projetos e produtos madeireiros das florestas públicas exploradas por empreendimentos comunitários; 3) aperfeiçoamento dos acordos empresas-comunidades, para que estas tenham condições de negociação mais razoáveis e se tornem protagonistas desde os planos de manejo nas áreas de assentamento de reforma agrária na região. "Agora em 2014 vamos implantar um programa de formação de lideranças para o Manejo Florestal Comunitário, muito inspirado no Liderar" – conclui Manuel Amaral.

"Se você fizer uma leitura do nosso portfolio hoje, vai ver que o IEB trabalha muito mais no registro da chamada Justiça Socioambiental (e aí dentro a sustentabilidade), do que no registro da sustentabilidade pura e simples" – analisa o diretor Henyo Barreto. "E isso tem que ver com a história mesmo, os 15 anos. Não é uma coisa nova, está lá atrás na experiência do Padis (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional Sustentável), um programa muito importante para a identidade da instituição – com a ideia dos espaços públicos, os comitês, os grupos de trabalho, os coletivos. Era a ideia de tornar essa relação no espaço público menos desigual."

"A gente acredita que não vai conseguir conservar a Amazônia sem as pessoas que vivem lá" – afirma, enfática, Maria José Gontijo. "Elas têm de ser os atores para a promoção de uma Amazônia sustentável, com todos os serviços ambientais preservados. A gente só vai conseguir isso se essas pessoas tiverem dignidade, tiverem qualidade de vida."

No encerramento das atividades do Programa Liderar, a formanda Gleici Coelho de Souza, da comunidade Muirapinima, em Juruti (PA), deu mostras de que a visão do IEB encontrou nesse grupo pessoas dignas do trabalho desenvolvido nesses 15 anos, ao emprestar uma imagem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

dos caiapó-guarani: "O rio é como o sangue que corre em nossas veias: se acabar com os rios, acaba com a terra, e sem a terra o índio não vive. E assim como o índio, todos nós, povos tradicionais da Amazônia. Então, a nossa luta está no nosso sangue. Estamos aqui defendendo a nossa vida, a vida dos nossos filhos, das gerações futuras. E de alguma forma a vida de muitos outros, de todo o planeta. Eu quero dizer à equipe do IEB que vocês são luzes nas nossas vidas, na nossa caminhada". (Envolverde)



Aty Guasu de Crianças e Adolescentes Guarani Kaiowá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.01.2014



Imagem da Vida – Em 25 e 26 de janeiro, acontecerá o Aty Guasu de Crianças e Adolescentes Guarani Kaiowá na aldeia de Tey Kue, em Caarapó (MS). O evento está sendo organizado pela OSCIP imagem da Vida e o Conselho Aty Guasu. Conta com a parceria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Conanda – Conselho Nacional da Criança e do Adolescente e o apoio da FUNAI e do CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

O evento contará com a presença de 200 crianças e adolescentes indígenas de diversas aldeias. Entre outras de Sombrerito, Yvy Katu/P.Lindo, Puelito, Sossoró, Jaguapiré, Pirajuí, Ipo'í, Potrero Guasu, Arroio Corá, Paraguassu, Kurusu Ambá, Taquapiri, Limão Verde, Amambay, Guaiviry, Guasuty, Marangatu/Campet, Lima Campo, Bororo/Jaguapiru, Passo Piraju, Panambizinho, Laranjeira Nanderu, Laranjeira Nanderu, Panambi/Itay.

Os temas que estarão norteando o debate estão baseados no que foi manifestado pelas crianças e jovens Guarani Kaiowá no “I Fórum Cidadania e Direitos na Visão de Crianças e Adolescentes Guarani Kaiowá”, que ocorreu na Câmara dos Deputados em Brasília em outubro de 2013, quando foram levantados os seguintes apontamentos:

CONT.



-
- Resolução do problema da demarcação de todas as terras indígenas Guarani Kaiowá
 - Justiça nas dezenas de casos de assassinatos de lideranças, professores e jovens indígenas no contexto dos conflitos e da falta de terra, dado que os autores dos crimes não foram punidos, e as suas famílias estão desassistidas
 - Fiscalização dos órgãos ambientais para coibir ações de desmatamento das terras indígenas
 - Garantia de medicamentos, médicos, veículos, combustível e todo o equipamento necessário para que o atendimento à saúde chegue à todas as aldeias e acampamentos Guarani Kaiowá
 - Construção de escolas em todos os Tekoha, incluindo os acampamentos, com salas, mobiliário, equipamentos, professores, e merendeiras.

Agora, é hora de dar voz ao jovens Guaranis Kaiowá e empoderá-los para darem continuidade à luta histórica de seu povo. O Aty Guasu, ou a Grande Assembleia Guarani, surgiu na década de 80 como um movimento político pouco conhecido fora do Mato Grosso do Sul em reação aos atos truculentos de fazendeiros e capangas que, aliados à ditadura em vigor, expulsaram e dispersaram de forma violenta as famílias Guarani Kaiowá de seus territórios tradicionais. Atualmente, participam do Aty Guasu, centenas de lideranças Guarani Kaiowá. Durante esses eventos, ao mesmo tempo em que ocorrem discussões políticas, são realizados, também, rituais para o fortalecimento da luta. Nas últimas décadas, as reivindicações de demarcação de terras, além de denúncias e sugestões sobre possíveis soluções para o problema dos Guarani Kaiowá, partiram dos Aty Guasu já realizados.

Indígenas cobram definição das funções na saúde

SÍTIO DOURADOS AGORA, 17.01.2014



foto - Hédio Fazan

Moradores das aldeias Bororó e Jaguapiru se reuniram na manhã de ontem com representantes do poder público, no Plenarinho da Câmara Municipal.

Descontentes com a qualidade do atendimento que está sendo prestado nos postos de saúde da reserva indígena de Dourados, moradores das aldeias Bororó e Jaguapiru se reuniram na manhã de ontem com representantes do poder público, no Plenarinho da Câmara Municipal.

O objetivo do encontro foi tentar buscar uma solução para o maior problema da saúde nas aldeias que, segundo os indígenas, é a indefinição das funções por parte do município e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

"A comunidade sofre muito quando precisa ir aos postos de saúde. Dos três que existem nas aldeias, nenhum deles está em condições de dar um atendimento completo ao enfermo. Em alguns faltam funcionários; em outros, insumos hospitalares e medicamentos", disse Gaudêncio Benites, cacique recém-eleito pela Bororó.

Segundo ele, a administração municipal e a Sesai precisam se entender melhor. "Nesse cenário, a comunidade fica um pouco perdida, pois se vamos pedir apoio de 'A', o 'A' diz que tal assunto não é de sua competência e transfere as responsabilidades para o 'B', e vice-versa. Enquanto isso não acabar, não conseguiremos progredir", destacou.

Comissão

CONT.



Por sua vez, o vereador Aguilera de Souza, interlocutor entre os moradores da reserva e o poder público, disse que um dos objetivos da reunião foi planejar a criação de uma comissão que irá atuar junto com a Coordenaria de Assuntos Indígenas inaugurada no ano passado, pela prefeitura.

“Essa comissão iria fiscalizar as ações da Sesai e também do município, bem como auxiliá-los nesse trabalho de reestruturação da saúde indígena. Não adianta apenas cobrarmos, também estamos dispostos a ajudar no que for preciso, fornecendo dados das principais demandas. Para se ter uma ideia, a situação hoje chegou ao ponto de que alguns dos postos de saúde das aldeias não têm nem mesmo um vigia”, destacou Aguilera.

“A indefinição nos papéis entre estas duas entidades está refletindo diretamente na comunidade que já tem problemas demais. Vejo que não falta boa vontade, principalmente da prefeitura, mas esse ruído na comunicação precisa ser corrigido”, completou.

Os indígenas também reclamaram da má distribuição de medicamentos, entretanto, conforme divulgado recentemente pela Sesai ao O PROGRESSO, existem algumas restrições. Por lei, a entidade pode fornecer apenas medicamentos de necessidade básica. As demais categorias são responsabilidade do município e do Estado.

Sugestão

O secretário adjunto de Saúde de Dourados, Márcio Figueiredo, acompanhado do vereador Pedro Pepa que preside a Comissão de Saúde da Câmara de Dourados, disse que o município apoia a luta dos indígenas e fará os esforços necessários.

Ele fez uma sugestão importante. “A ideia da comissão é muito boa, porém, ela precisa ser organizada. Acredito que seria muito importante se esta comissão contasse com representantes oficiais de cada um dos lados envolvidos, além, claro, de profissionais especializados que possam dar a orientação correta. Sendo assim, acredito que a comissão deveria ter, por exemplo, membros da comunidade indígena, da prefeitura e da Sesai. Se todos se unirem, acredito que o trabalho será mais eficiente”, explicou.

Segundo o vereador Aguilera de Souza, a Sesai foi convidada para a reunião, mas não pôde comparecer, todavia, se comprometeu em analisar as demandas apresentadas pelos indígenas.

Ong ecoporé doa mudas para recuperação de áreas degradadas em terras indígenas
SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 17.01.2014

As mudas serão plantadas na aldeia Lapetanha, onde moram 150 índios.



A ONG Ecoporé realizou na última semana (09/01) a entrega de 735 mudas de espécies nativas e frutíferas à Associação Metareila do Povo Indígena Suruí. A entrega foi realizada ao líder indígena Almir Narayamoga Suruí.

As mudas serão plantadas na aldeia Lapetanha, onde moram 150 índios.

“Temos a intenção de reflorestar uma área de pasto, montar um viveiro e cultivar plantas frutíferas para produzir alimento e gerar renda à comunidade”, disse o líder.

A fundadora da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Ivaneide Barbosa “Neidinha”, também estava presente e parabenizou a equipe pelo excelente trabalho que está sendo realizado.

O biólogo Marcelo Ferronato, presidente da Ecoporé falou ainda sobre a possibilidade de promover um curso de Viveiristas para um grupo de indígenas. Eles iriam aprender na prática o processo de produção de mudas, implantação e manutenção de viveiros florestais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

Sete de Setembro

A terra indígena Sete de Setembro localiza-se próximo aos municípios de Cacoal e Espigão do Oeste, no estado de Rondônia. A área possui cerca de 249 mil hectares e população de aproximadamente 1,3 mil habitantes. Esse é o local em que vive o povo Suruí, composto por quatro clãs: Gamebey, Gabiugui-Rey, Kaban e Makor-Rey.



Pedágio cobrado por índios em Humaitá não tem data para retornar

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 17.01.2014

A cobrança de pedágios na BR-230 (Transamazônica) que corta a reserva dos índios Tenharim, no sul do Amazonas, não será mais retomada no próximo dia 1º de fevereiro. Na quarta-feira (15), durante encontro com representantes do governo federal, os indígenas aceitaram sugestão do general Ubiratan Poty, da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, para não estipularem uma data para o retorno da cobrança.

“Eu apresentei essa proposta para eles, com o objetivo de ter uma solução pacífica, para que não condicionassem a manifestação [cobrança de pedágio] a uma data, e sim à resposta do governo”, disse o general. Segundo Poty, o bloqueio das estradas ficou dependente da resposta a ser dada pelo Ministério da Justiça a uma carta enviada pelos índios com as suas reivindicações.

O pedágio é cobrado há mais de dez anos pelos índios como forma de compensação ambiental pela construção da Transamazônica em 1972. O Ministério Público Federal do Amazonas entrou com uma ação na Justiça Federal para responsabilizar a União por violações de direitos humanos e pelos danos permanentes causados aos índios.

Há quase um mês, os índios da etnia Tenharim estão isolados nas aldeias. Impedidos de cobrar o pedágio e impossibilitados de se deslocar até a cidade, estão dependentes da assistência do governo federal. A Fundação Nacional do Índio (Funai) tem distribuído cestas básicas e medicamentos.

Moradores da cidade acusam os índios de terem sequestrado três homens, em 16 de dezembro, em represália à morte do cacique Ivan Tenharim, no início do mês passado. Uma nota do então coordenador da regional da Funai, Ivã Bocchini, levantou a suspeita de que o líder tenharim teria sido assassinado. A polícia apontou a causa da morte como acidente de moto. Na sexta-feira (10), Bocchini foi exonerado do cargo.

De acordo com o general Poty, a carta ao Ministério da Justiça pede que o governo encontre uma nova forma de compensação para os impactos da obra. Assim, os índios não retomariam os bloqueios. “Não existe mais data para retorno de qualquer manifestação na estrada, existe sim a pendência de resposta do governo. A carta ao Ministério da Justiça pede alguma coisa em substituição ao pedágio”, revelou o general.

No último domingo, a Agência Brasil divulgou que o Programa Bolsa Família pode ser utilizado para a solução do problema. Um grupo de trabalho que visitou o local ficou de sugerir o repasse dos recursos à Presidência da República, mas até o momento o Palácio do Planalto não divulgou uma resposta sobre a demanda.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 09./ 2014

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

O encontro de ontem ocorreu na Terra Indígena Tenharim Marmelos e além do general Poty, que é responsável pelo suporte logístico e de estrutura à força-tarefa montada para a investigação do desaparecimento, estiveram presentes representantes dos ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social.

Fonte: Agência Brasil